

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2 0 1 7

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo Circulante	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016			2017	2016	2017	2016
Ativo Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	8.1	63.660	67.992	753.705	592.633	Financiamentos	29	279.030	206.177	279.030	206.177
Títulos/valores mobiliários	8.2	1.460.856	1.051.010	1.460.856	1.051.010	Fornecedores		265.512	292.672	290.142	306.350
Contas a receber	9	12.246	7.165	12.246	7.165	Contas a pagar a partes relacionadas	10	682.250	714.052	780.523	791.218
Contas a receber de partes relacionadas	10	1.360.417	1.175.816	1.345.303	1.173.591	Imp.Renda, Contrib.Social e outros trib. recolher	17	96.991	132.126	98.289	132.296
Adiantamento a fornecedores		5.685	5.551	26.027	27.017	Dividendos e juros sobre capital próprio	21.(c)	27.677	202.109	27.677	202.109
Estoques		80.447	73.413	80.447	73.413	Salários, férias, encargos e participações		246.457	202.352	246.660	202.791
Imp. Renda, Contrib. Social e outros trib. recuperar	11	86.344	351.078	86.374	351.341	Outras contas e despesas a pagar		30.968	28.312	31.043	28.334
Despesas antecipadas	12	11.893	7.549	68.270	63.584			1.628.885	1.777.801	1.753.365	1.869.275
Outros ativos circulantes		49.182	37.366	49.182	37.367						
		3.130.730	2.776.940	3.882.409	3.377.121						
Não circulante											
Realizável a longo prazo						Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	8.2	55.852	52.431	55.852	52.431	Financiamentos	29	5.305.695	4.582.667	5.305.695	4.582.667
Contas a receber de partes relacionadas	10	17.616	17.616			Fornecedores		27.286	13.935	27.286	13.935
Tributos e contrib. Sociais diferidos	13.1	535.442	402.647	535.442	402.647	Provisão para processos judiciais	18	238.505	154.024	238.505	154.024
Depósitos judiciais	18.(c)	197.354	139.102	197.354	139.102	Contas a pagar a partes relacionadas	10	219.253	191.481	219.253	191.481
Adiantamento a fornecedores		32.556	113.404	32.556	113.404	Receitas a apropriar		5.219	5.758	5.219	5.758
Demais ativos	14	157.606	151.493	157.606	151.493	Passivo atuarial	19	767.048	736.444	767.048	736.444
		996.426	876.693	978.810	859.077	Imp.Renda, Contrib.Social e outros trib. recolher	17	50.658		50.658	
						Demais contas a pagar		17.617	17.616	17.617	17.616
								6.631.281	5.701.925	6.631.281	5.701.925
								8.260.166	7.479.726	8.384.646	7.571.200
Investimentos	15	1.031.039	964.957			Patrimônio líquido					
Imobilizado	16 e 29	7.322.041	6.861.349	7.743.496	7.335.216	Capital social realizado	21.(a)	3.403.344	3.403.344	3.403.344	3.403.344
Intangível		6.816	7.810	6.816	7.809	Reserva de capital	21.(b)	5.792	5.792	5.792	5.792
		8.359.896	7.834.116	7.750.312	7.343.025	Reservas de lucros	21.(b)	591.411	523.685	591.411	523.685
						Ajustes de avaliação patrimonial	22	226.338	75.202	226.338	75.202
								4.226.885	4.008.023	4.226.885	4.008.023
Total do ativo		12.487.052	11.487.749	12.611.531	11.579.223	Total do passivo e patrimônio líquido		12.487.052	11.487.749	12.611.531	11.579.223

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Nota	Controladora e consolidado									
	Reserva decapital		Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial		Total	
	Capital social realizado	Incentivos fiscais	Legal	Lucros a realizar	Incentivos fiscais	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial		
Saldos em 31 de dezembro de 2015		3.403.344	5.792	400.370	1.239	73.941	920.537	-	471.622	5.276.846
Ajuste de conversão de investimento no exterior	15								(240.849)	(240.849)
Remensuração passivo atuarial - Petros 2 e AMS									(155.571)	(155.571)
Dividendo adicional proposto	21.(c)						(948.411)			(948.411)
Lucros líquido do exercício								313.783		313.783
Destinação do lucro:										
Reserva legal	21.(b)			14.295				(14.295)		
Reserva de incentivos fiscais	21.(b)				9.255			(9.255)		
Dividendos adicional proposto	21.(c)				(1.239)		53.696	(52.457)		
Juros sobre Capital Próprio	21.(c)							(237.775)		(237.775)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		3.403.344	5.792	414.666	-	83.196	25.822	-	75.202	4.008.023
Ajuste de conversão de investimento no exterior	15								17.504	17.504
Remensuração passivo atuarial - Petros 2 e AMS									133.631	133.631
Integralização de capital conf. AGE										
Dividendo adicional proposto	21.(c)						(25.822)			(25.822)
Complemento dividendo	21									
Lucros líquido do exercício								121.227		121.227
Destinação do lucro:										
Reserva legal	21.(b)			6.061				(6.061)		
Reserva de incentivos fiscais	21.(b)				4.457			(4.457)		
Dividendos adicional proposto	21.(c)						83.031	(83.031)		
Dividendos propostos	21.(c)							(27.677)		(27.677)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		3.403.344	5.792	420.727	-	87.653	83.031	-	226.338	4.226.885

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Nota	Controladora		Consolidado		
	2017	2016	2017	2016	
Receita líquida de serviços prestados	24	6.385.903	6.572.207	7.464.473	7.813.760
Custo dos serviços prestados	25	(4.461.566)	(4.489.291)	(5.486.833)	(5.604.100)
Lucro bruto		1.924.337	2.082.916	1.977.640	2.209.660
Receitas (despesas)					
Vendas	25	(32.674)	(28.651)	(32.674)	(28.651)
Gerais e administrativas					
De administração	25 e 28	(814.675)	(816.029)	(820.458)	(821.856)
Tributárias	25	(87.552)	(33.897)	(87.552)	(33.897)
Perda no valor recuperável de ativos - Impairment	16.3	(383.232)	(798.606)	(383.232)	(798.606)
Outras despesas operacionais, líquidas	26	(99.309)	3.838	(102.072)	(11.045)
		(1.417.443)	(1.673.344)	(1.425.988)	(1.694.055)
Lucro antes do resultado financeiro, participações e impostos		506.895	409.571	551.652	515.605
Receitas financeiras	27.(b)	182.712	130.212	189.995	134.428
Despesas financeiras	27.(a)	(439.265)	(343.693)	(439.410)	(343.940)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	27.(c)	7.449	(55.717)	7.471	(57.996)
Participação em controlada	15	48.578	166.528	-	60.854
Lucro antes dos impostos		306.368	306.901	309.707	308.951
Imposto de renda e contribuição social Corrente	13.2	(311.597)	(300.928)	(314.935)	(302.978)
Imposto de renda e contribuição social Diferido	13.2	126.455	307.811	126.455	307.811
Lucro líquido do exercício		121.227	313.783	121.227	313.783
Lucro por ação básico e diluído - R\$	23	0,04	0,09	-	-
Quantidade de lote de mil ações ao final do exercício	21.(a)	3.403.344	3.403.344	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado		
	2017	2016	2017	2016	
Lucro líquido do exercício	121.227	313.783	121.227	313.783	
Ajustes para:					
Provisão para Imposto de renda e contribuição social	311.597	300.928	314.935	302.978	
Participação em empresa controlada	(48.578)	(166.529)	-	(60.854)	
Depreciação e amortização	536.791	515.235	647.621	620.840	
Perda no valor de recuperação de ativos - Impairment	383.232	798.606	383.232	798.606	
Resultado com alienação e baixas de ativos	3.954	(5.786)	3.954	(5.786)	
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	409.031	339.287	409.031	339.287	
Variações cambiais e monetárias não realizadas	7.573	80.077	7.573	80.077	
Rendimentos títulos e valores mobiliários	(87.900)	(115.344)	(87.900)	(115.344)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	(126.455)	(307.811)	(126.455)	(307.811)	
Provisão para processos judiciais	84.482	24.995	84.482	24.995	
Perdas em créditos de liquidação duvidosa	11		11		
Provisão atuarial com plano de pensão	160.031	118.097	160.031	118.097	
Outros ajustes	4.375	(24.749)	4.320	(12.661)	
Redução (aumento) nos ativos					
Contas a receber	(189.693)	53.890	(176.803)	26.171	
Estoques	(7.034)	(2.375)	(7.034)	(2.375)	
Depósitos Judiciais	(58.252)	(16.942)	(58.252)	(16.942)	
Outros ativos	(22.407)	(50.755)	(21.625)	(24.179)	
Aumento (redução) nos passivos					
Fornecedores	(31.173)	251.147	886	184.385	
Impostos, taxas e contribuições	14.696	(342.275)	14.939	(344.646)	
Imposto de renda e contribuição Social pagos	(47.707)	(83.088)	(49.928)	(85.387)	
Outros passivos	57.437	32.651	57.255	32.608	
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	1.475.238	1.713.041	1.681.500	1.865.842	
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisições de ativos imobilizados e intangíveis	(827.890)	(643.103)	(881.318)	(732.545)	
Títulos e valores mobiliários	(325.366)	(110.279)	(325.366)	(110.279)	
Recebimentos pela alienação de ativos	9.953	10.073	9.953	10.073	
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos	(1.143.303)	(743.509)	(1.196.731)	(832.751)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Captações	408.017	350.116	408.017	350.116	
Amortizações de principal	(202.262)	(172.248)	(202.262)	(172.248)	
Amortizações de juros	(308.171)	(294.418)	(308.171)	(294.418)	
Dividendos pagos	(233.851)	(1.009.233)	(233.851)	(1.009.233)	
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos	(336.267)	(1.125.783)	(336.267)	(1.125.783)	
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa			12.569	(97.455)	
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(4.332)	(156.051)	161.072	(190.148)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		67.992	224.043	592.633	782.780
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		63.660	67.992	753.705	592.633
Transações de investimento e financiamento que não afetaram o caixa					
Ajustes líquidos - adições de imobilizado	489.266	488.384	489.266	488.384	

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES
 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
	121.227	313.783	121.227	313.783
Lucro líquido do exercício				
Outros componentes do resultado abrangente:				
Itens que não serão reclassificados para o resultado:				
Remensuração - Benefícios de planos de pensão	19	(18.647)	(47.809)	(18.647)
Imposto diferido		6.340	16.255	6.340
		(12.307)	(31.554)	(12.307)
Remensuração - Benefícios de saúde pós-emprego	19	145.938	(124.017)	145.938
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado:				
Ajustes acumulados de conversão em investidas	15	17.504	(179.995)	17.504
Reconhecidos no Patrimônio líquido	15	-	(60.854)	-
Transferidos para o resultado				
Resultado abrangente total		272.362	(82.637)	272.362

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas				
Vendas de serviços	7.513.403	7.748.752	8.591.973	8.990.305
Outras receitas operacionais	157.079	204.823	150.504	197.272
Receitas relacionadas a construção de ativos para uso	1.400.792	1.148.576	1.456.153	1.233.968
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(11)	(5)	(11)	(5)
	9.071.263	9.102.145	10.198.618	10.421.539
Insumos adquiridos de terceiros				
Serviços de terceiros	(1.020.454)	(1.130.467)	(1.275.910)	(1.471.359)
Materiais consumidos	(205.143)	(187.965)	(228.754)	(221.460)
Energia, serviços de terceiros e outros	(1.926.821)	(1.765.731)	(1.983.894)	(1.863.876)
Créditos fiscais sob materiais consumidos	(8.792)	(6.604)	(8.792)	(6.604)
Créditos fiscais sob energia, serviços de terceiros e outros	(194.638)	(186.800)	(194.638)	(186.800)
Perda e recuperação de ativos	(383.232)	(798.606)	(383.232)	(798.606)
	(3.739.079)	(4.076.173)	(4.075.220)	(4.548.704)
Valor adicionado bruto	5.332.183	5.025.973	6.123.398	5.872.835
Depreciação e amortização	(536.791)	(515.235)	(647.621)	(620.840)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	4.795.392	4.510.738	5.475.777	5.251.995
Valor adicionado recebido em transferência Resultado de equivalência patrimonial	48.578	166.529	-	60.854
Receitas financeiras - receita financeira e receita de variações monetárias e cambiais	208.038	181.471	215.362	185.708
	256.616	348.000	215.362	246.561
Valor adicionado total a distribuir	5.052.008	4.858.738	5.691.140	5.498.556
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	1.009.755	905.797	1.073.462	906.114
Participações de empregados	27.691		27.691	
Honorários da diretoria e conselho de administração	11.888	10.218	11.888	10.218
Mão de obra adicional	522.583	596.123	524.113	597.744
Vantagens (alimentação transportes e outros)	180.010	154.890	185.571	155.621
Plano de aposentadoria e pensão	84.794	64.007	85.490	64.316
Plano de saúde	174.408	130.884	180.332	135.382
FGTS	57.713	52.815	57.713	52.815
	2.068.842	1.914.733	2.146.261	1.922.210
Entidades governamentais				
Impostos contribuições federais	1.119.805	1.129.010	1.123.176	1.131.089
Impostos contribuições estaduais	304.686	329.637	304.686	329.637
Impostos contribuições municipais	173.783	132.344	173.783	132.344
Imposto renda e contribuição social diferido	(126.455)	(307.811)	(126.455)	(307.811)
	1.471.819	1.283.180	1.475.189	1.285.259
Instituições financeiras				
Despesas financeiras e alugueis	1.390.121	1.347.041	1.948.463	1.977.304
Acionistas				
Lucros retidos	93.549	76.008	93.549	76.008
Remuneração ao acionista	27.677	237.775	27.677	237.775
	121.227	313.783	121.227	313.783
Valor adicionado distribuído	5.052.008	4.858.738	5.691.140	5.498.556

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

1. A companhia e suas operações

A Petrobras Transporte S.A. – Transpetro, doravante denominada “companhia” ou “Transpetro”, foi constituída em 12 de junho de 1998, como controlada integral da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e tem por objeto social as operações de transporte e armazenagem de granéis, petróleo e seus derivados e de gás em geral, por meio de dutos, terminais ou embarcações, próprias ou de terceiros, e quaisquer outros modos de transporte, incluindo rodoviário, ferroviário e multimodal; o transporte de sinais, de dados, voz e imagem associados às suas atividades fins; a construção e operação de novos dutos, terminais e embarcações, mediante associação com outras empresas, majoritariamente ou minoritariamente; a participação em outras sociedades controladas ou coligadas, bem como o exercício de outras atividades afins e correlatas. Atualmente, 96% das operações comerciais da companhia são realizadas com as empresas do Sistema Petrobras.

2. Base de apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são preparadas de acordo com os *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo e determinadas classes de ativos e passivos circulantes e não circulantes, conforme apresentado na nota explicativa de políticas contábeis.

O Conselho de Administração da companhia, em reunião realizada em 12 de março de 2018, aprovou as Demonstrações Contábeis.

2.2 Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) apresenta informações relativas à riqueza criada pela companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08, e para fins de IFRS, é apresentada como informação adicional.

2.3 Moeda funcional

A moeda funcional da Transpetro é o Real, que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. A moeda funcional de sua controlada (Transpetro International B.V.), que atua em ambiente econômico internacional, é o dólar norte-americano.

A demonstração do resultado e do fluxo de caixa da investida, que atua em ambiente econômico estável com moeda funcional distinta da Controladora, são convertidas para reais pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos pela taxa final e os demais itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica.

As variações cambiais sobre os investimentos em sua controlada, que tem moeda funcional distinta da controladora, são registradas no patrimônio líquido, como ajuste acumulado de conversão e será transferida para o resultado quando da realização do investimento.

3. Operação Lava Jato e seus reflexos no Transpetro

Em 2009, a Polícia Federal brasileira iniciou uma investigação denominada Operação Lava Jato, visando apurar práticas de lavagem de dinheiro por organizações criminosas em diversos estados brasileiros. A Operação Lava Jato é uma investigação extremamente ampla com relação a diversas práticas criminosas e vem sendo realizada através de várias frentes de trabalho, cujo escopo envolve crimes cometidos por agentes atuando em várias partes do país e diferentes setores da economia.

A partir de 2014, o Ministério Público Federal concentrou parte de suas investigações em irregularidades cometidas por empreiteiras e fornecedores da Petrobras e descobriu um amplo esquema de pagamentos indevidos, que envolvia um grande número de participantes, incluindo ex-empregados da Petrobras. Baseado nas informações disponíveis à Transpetro, o referido esquema consistia em um conjunto de empresas que, entre 2004 e abril de 2012, se organizaram em cartel para obter contratos com a Petrobras, impondo gastos adicionais nestes contratos e utilizando estes valores adicionais para financiar pagamentos indevidos a partidos políticos, políticos eleitos ou outros agentes políticos, empregados de empreiteiras e fornecedores, ex-empregados da Petrobras e outros envolvidos no esquema de pagamentos indevidos. Esse esquema foi tratado como esquema de pagamentos indevidos e as referidas empresas como “membros do cartel”. A companhia não realizou qualquer pagamento indevido.

Além do esquema de pagamentos indevidos descrito acima, as investigações evidenciaram casos específicos em que outras empresas também impuseram gastos adicionais e supostamente utilizaram esses valores para financiar pagamentos a determinados ex-empregados da Petrobras e da Transpetro. Essas empresas não são membros do cartel e atuavam de forma individualizada. Esses casos específicos foram chamados de pagamentos não relacionados ao cartel.

Determinados ex-executivos da Petrobras e da Transpetro foram presos e/ou denunciados e em alguns casos condenados por crimes como lavagem de dinheiro e corrupção passiva. Outros ex-executivos da Petrobras/Transpetro e executivos de empresas fornecedoras de bens e serviços para a Petrobras/Transpetro foram ou poderão ser denunciados como resultado da investigação.

Os valores pagos pela Transpetro no âmbito dos contratos junto aos fornecedores e empreiteiras envolvidos no esquema descrito anteriormente foram integralmente incluídos no custo histórico dos respectivos ativos imobilizados da companhia. No entanto, a Administração entendeu, de acordo com o IAS 16 (*Property, Plant and Equipment*), que a parcela dos pagamentos que realizou a essas empresas e que foi por elas utilizada para realizar pagamentos indevidos, o que representa gastos adicionais incorridos em decorrência do esquema de pagamentos indevidos, não deveria ter sido capitalizada. Assim, no terceiro trimestre de 2014 a Transpetro reconheceu uma baixa no montante de R\$ 256.664 mil de gastos capitalizados, referente a valores que a Transpetro pagou adicionalmente na aquisição de ativos imobilizados em exercícios anteriores.

A Colaboração Premiada do Sr. José Sérgio de Oliveira Machado, ex-Presidente da Transpetro, que revelou o mesmo esquema de pagamento de vantagens indevidas acima relatado, não trouxe qualquer impacto na metodologia anteriormente adotada.

Quanto à Colaboração Premiada dos representantes da NM Engenharia, Sr. Nelson Cortonesi Maramaldo e Sr. Luiz Fernando Nave Maramaldo, na avaliação da companhia os impactos não se mostraram relevantes. A Transpetro prosseguirá acompanhando os resultados das investigações e a disponibilização de informações relativas ao esquema de pagamentos indevidos e, se porventura se tornar disponível informação que indique com suficiente precisão que as estimativas descritas acima deveriam ser ajustadas, a Transpetro avaliará a eventual necessidade de algum reconhecimento contábil.

3.1 Abordagem adotada para ajuste de ativos afetados pelos gastos adicionais

Não é possível identificar especificamente os valores de cada pagamento realizado no escopo dos contratos com as empreiteiras e fornecedores que possuem gastos adicionais ou os períodos em que tais pagamentos adicionais ocorreram. Como resultado, a Transpetro, alinhada com a Petrobras, utilizou uma metodologia para estimar o valor total de gastos adicionais incorridos em decorrência do referido esquema de pagamentos indevidos para determinar o valor das baixas realizadas, representando em quanto seus ativos foram superavaliados como resultado de gastos adicionais cobrados por fornecedores e empreiteiras e utilizados por eles para realizar pagamentos indevidos.

Devido à impraticabilidade de identificação dos períodos e montantes de gastos adicionais incorridos pela Transpetro, a metodologia envolve os cinco passos descritos a seguir:

- 1) Identificação da contraparte do contrato: foram listadas todas as companhias citadas como membros do cartel e, com base nessa informação, foram levantadas as empresas envolvidas e as entidades a elas relacionadas.
- 2) Identificação do período: foi concluído, com base nos depoimentos, que o período de atuação do esquema de pagamentos indevidos foi de 2004 a abril de 2012.
- 3) Identificação dos contratos: foram identificados todos os contratos assinados com as contrapartes mencionadas no passo (1) durante o período do passo (2), incluindo também os aditivos aos contratos originalmente assinados entre 2004 e abril de 2012. Em seguida, foram identificados os ativos imobilizados aos quais estes contratos se relacionam.
- 4) Identificação dos pagamentos: foi calculado o valor total dos contratos referidos no passo (3).
- 5) Aplicação de um percentual fixo sobre o valor total de contratos definido no passo (4): o percentual de 3%, indicado nos depoimentos, foi utilizado para estimar os gastos adicionais impostos sobre o montante total dos contratos identificados.

A Petrobras tem monitorado continuamente as investigações da Operação Lava Jato, para obter informações adicionais e avaliar seu potencial impacto sobre os ajustes realizados em 2014 efetuadas pelas autoridades brasileiras e pela investigação interna independente conduzida por escritórios de advocacia. Como resultado, não foram identificadas na preparação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 novas informações que alterassem a baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente que fora reconhecida no terceiro trimestre de 2014, ou que impactasse de forma relevante a metodologia adotada pela companhia. A Transpetro continuará monitorando as investigações para obter informações adicionais e avaliar seu potencial impacto sobre os ajustes realizados.

3.2. Resposta da Transpetro às questões descobertas nas investigações em curso

Continuamos acompanhando as investigações e colaborando efetivamente com os trabalhos da Polícia Federal, Ministério Público Federal, Poder Judiciário, Tribunal de Contas da União (TCU) e Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União para que todos os fatos e irregularidades sejam apurados. Já atendemos centenas de pedidos de documentos e informações feitos pelos investigadores.

No que nos dizia respeito, também cooperamos plenamente com a Petrobras em relação à investigação da *U.S. Securities and Exchange Commission* (SEC), que investiga, desde novembro de 2014, potenciais violações a leis norte-americanas em decorrência das informações apuradas no âmbito da Operação Lava Jato, assim como o *U.S. Department of Justice* (DoJ).

Somos oficialmente reconhecidos como vítima dos crimes apurados na Operação Lava Jato pelo Ministério Público Federal e pelo juiz competente para julgar os processos criminais relacionados ao caso. A nossa posição de vítima foi reconhecida também em decisões do Supremo Tribunal Federal.

Não toleramos qualquer prática de corrupção e consideramos inadmissíveis práticas de atos ilegais envolvendo os nossos empregados. Desse modo, desde 2015, temos tomado diversas medidas como resposta às ocorrências reveladas na Operação Lava Jato.

No processo de fortalecimento da estrutura de controles internos, a companhia continua a implementar medidas para aprimorar sua governança corporativa e os sistemas de conformidade (*compliance*).

Além disso, temos tomado as medidas necessárias para recuperar danos sofridos em função do esquema de pagamentos indevidos.

À medida que as investigações da Operação Lava Jato resultem em acordos de leniência com os membros do cartel ou acordos de colaboração com indivíduos que concordem em devolver recursos, a Transpetro pode ter direito a receber uma parte de tais recursos. Não obstante, a Transpetro não pode estimar de forma confiável qualquer valor recuperável adicional neste momento. Esses valores serão reconhecidos no resultado do exercício como outras receitas quando forem recebidos ou quando sua realização se tornar praticamente certa.

3.3. Investigações envolvendo a companhia

A Transpetro não é um dos alvos das investigações da Operação Lava Jato e é reconhecida formalmente pelas autoridades brasileiras como vítima do esquema de pagamentos indevidos.

3.4 Termo de Acordo de Colaboração Premiada

No Termo de Acordo de Colaboração Premiada do ex-Presidente da Transpetro, José Sérgio de Oliveira Machado, firmado junto ao Ministério Público Federal, o colaborador se comprometeu ao pagamento de multa compensatória, no valor de R\$ 75 milhões, com a distribuição inicial definida pelo Ministério Público à razão de 80% (oitenta por cento) à União e de 20% (vinte por cento) à Transpetro.

Após questionamentos por parte da Transpetro, o Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, solicitou ao então Ministro Relator, Teori Zavascki, a inversão dessa proporção sob o argumento de que “é inconteste que quem sofreu lesão direta pelos delitos perpetrados pela suposta organização criminosa foi a Petrobras Transporte S.A. Portanto, a maior parte do montante da multa compensatória deve ser direcionada ao mencionado ente lesado.”

O Ministro Teori Zavascki, por sua vez, determinou que o valor da multa compensatória deveria ser revertido integralmente em favor da Transpetro, uma vez que, “como a Transpetro consta como sujeito passivo principal dos crimes em tese perpetrados por José Sérgio de Oliveira Machado e pela suposta organização criminosa que integrava, o produto do crime repatriado deve ser a ela direcionado, para a restituição dos prejuízos sofridos (...). Eventuais prejuízos sofridos pela Transpetro, portanto, afetariam apenas indiretamente a União. Essa circunstância não é suficiente para justificar que 20% (vinte por cento) dos valores repatriados sejam direcionados àquele ente federado (...)”.

A Transpetro, foi ressarcida do valor total negociado nesse termo, incluindo juros e correção monetária, tendo recebido a quantia de R\$ 78.881, sendo R\$ 76.881 em 2017 e R\$ 2.000 em 2016, conforme mencionado na nota 26 de “Outras Despesas e Receitas Operacionais”.

No final de 2017, o Ministro Edson Fachin, relator da Operação Lava-Jato no STF, determinou o levantamento do sigilo dos Termos de Colaboração Premiada dos representantes da NM Engenharia, Sr. Nelson Cortonesi Maramaldo e Sr. Luiz Fernando Nave Maramaldo, cujos eventuais impactos, na avaliação da companhia, não se mostraram relevantes.

4. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente pela companhia nas demonstrações contábeis ora apresentadas.

4.1 Base de Consolidação

A companhia é detentora de 100% do capital social da Transpetro International BV (TIBV) e, como controladora integral, apresenta suas demonstrações contábeis consolidadas.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua função, complementada com as eliminações das operações realizadas entre as empresas consolidadas, bem como dos saldos não realizados entre as referidas empresas.

4.2 Instrumentos financeiros

4.2.1 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

4.2.2 Títulos e valores mobiliários

Investimentos em títulos e valores mobiliários (TVM) compreendem investimentos em títulos de dívida e patrimônio. Inicialmente mensurados ao valor justo, esses instrumentos são classificados e subsequentemente mensurados conforme abaixo:

- Valor justo por meio do resultado: incluem títulos adquiridos ou incorridos principalmente para a finalidade de venda ou de recompra em prazo muito curto. Mensurados ao valor justo, cujas alterações são reconhecidas no resultado como receitas (despesas) financeiras.
- Mantidos até o vencimento: incluem títulos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento. Mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.
- Disponíveis para venda: incluem títulos não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Mensurados ao valor justo cujas alterações são reconhecidas em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido, e reclassificadas para resultado do exercício quando o instrumento é desreconhecido ou realizado.

4.2.3 Contas a receber de clientes

São contabilizados, inicialmente, pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado, com o uso do método dos juros efetivos, sendo deduzidas as perdas por redução ao valor recuperável de ativos considerados como créditos de liquidação duvidosa (impairment).

A companhia reconhece as perdas em créditos de liquidação duvidosa quando existe evidência objetiva de perda no valor recuperável, como resultado de um ou mais eventos que ocorrerem após o reconhecimento inicial do ativo, e que impactam os fluxos de caixa futuros estimados, o qual pode ser confiavelmente estimado. A perda é reconhecida no resultado como despesa de vendas.

4.2.4 Financiamentos

Reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

4.3 Estoques

Os estoques de materiais destinados ao consumo e à manutenção das operações da companhia são mensurados ao custo médio de aquisição, que não excede aos valores de mercado ou de reposição.

4.4 Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são apresentadas ao custo e apropriadas ao resultado na medida em que são incorridas.

4.5 Demais ativos circulantes

São apresentadas, quando aplicável, pelo valor líquido de realização, com os respectivos rendimentos e variações monetárias e cambiais.

4.6 Investimentos societários

A participação na controlada é avaliada pelo método da equivalência patrimonial, baseada no patrimônio líquido expresso em dólares norte-americanos, convertido para reais com base nas taxas de câmbio vigentes em 31 de dezembro de 2017. Os ganhos ou perdas cambiais, que nas demonstrações consolidadas não foram eliminados, são apresentados no patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, estão reconhecidos na demonstração do resultado. Os ativos e passivos da controlada são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço, ao passo que as receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias. Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas no resultado abrangente e apresentadas como um componente separado no patrimônio líquido, na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial.

4.7 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, que compreende os custos para colocar o ativo em condições de operação e é depreciado pelo método linear, às taxas mencionadas na nota explicativa 16, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, quando diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos, são capitalizados como parte dos custos desses ativos, que são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas do respectivo ativo. A companhia cessa a capitalização dos encargos financeiros dos ativos cujo desenvolvimento esteja concluído, entretanto, a capitalização dos juros pode ser suspensa, entre outros motivos, quando os ativos qualificáveis não recebem investimentos significativos por período igual ou superior a 12 meses.

Os gastos com grandes manutenções planejadas efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho são reconhecidos no ativo imobilizado quando o prazo de campanha é superior a 12 meses e houver previsibilidade das mesmas. Esses gastos são depreciados pelo período previsto até a próxima grande manutenção. Os gastos com as manutenções que não atendem a esses requisitos são reconhecidos como despesas no resultado do período.

As benfeitorias em bens de terceiros são reabilitações realizadas em bens de propriedade de terceiros, mantidos pela Transpetro para uso em suas operações e foram contabilizados da seguinte forma:

- Benfeitorias cujas obras foram concluídas têm seus gastos contabilizados como benfeitoria em bens de terceiros.
- Benfeitorias cujas obras ainda não estão concluídas têm seus gastos contabilizados como obras em Andamento.

4.8 Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios sobre o ativo objeto do arrendamento são classificados como arrendamentos mercantis financeiros.

Para os arrendamentos mercantis financeiros em que a companhia é a arrendatária, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo do item arrendado, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, ambos determinados no início do arrendamento.

Ativos arrendados capitalizados são depreciados na mesma base utilizada pela companhia nos ativos que possui propriedade. Quando não há uma certeza razoável que a companhia irá obter a propriedade do bem ao final do contrato, os ativos arrendados são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil estimada do ativo e o prazo do contrato.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade permanece com o arrendador são classificados como operacionais e os pagamentos reconhecidos como despesa na demonstração de resultados durante o prazo de vigência do contrato.

4.9 Redução ao valor recuperável de ativos imobilizados - Impairment

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

A companhia avalia os ativos imobilizado e intangível quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Essa avaliação é efetuada ao menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos (Unidade Geradora de Caixa – UGCs). Neste ano a companhia possui três UGCs: UGC Transportes (formada pelos navios em operação e em construção); (ii) UGC Comboios-Hidrovia (formada por embarcações destinadas ao escoamento de etanol); e (iii) UGC Navios em Hibernação (formada por três navios Panamax). Estas duas últimas UGCs foram criadas em decorrência das incertezas envolvendo a construção e operação destes ativos pela companhia. No caso da UGC Comboios-Hidrovia, embora os ativos estejam construídos, há incertezas quanto a possibilidade da operação, enquanto que no caso dos Panamax há a decisão da companhia pela sua retirada dos planos de negócios e consequente hibernação destes projetos.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo e seu valor em uso. O valor recuperável utilizado para avaliação do teste na principal UGC da Transpetro (UGC Transportes) é o valor em uso, considerando a expectativa de utilização dos ativos até o final da sua vida útil.

O valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam taxas de desconto pré-imposto que derivam do Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) pós-imposto. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. No caso da UGC Comboios-Hidrovia, a diretoria de Transporte Marítimo continua avaliando alternativas de utilização dos Comboios já construídos. Considerando que o projeto continua em avaliação, mas que não há premissas para avaliar economicamente a sua utilização, esta UGC teve seu valor mensurado conforme seu valor de mercado, de forma a realizar a avaliação pelo valor justo de venda através de um laudo técnico contratado.

No caso da UGC Navios em Hibernação (Panamax), uma vez que os projetos estão hibernados, portanto, sem expectativa de geração de receita, não há elementos suficientes para avaliação do retorno do projeto para avaliação pelo valor em uso. Alternativamente, a avaliação dos bens pelo valor de venda (valor de mercado), também não é possível visto que os mesmos se encontram alienados fiduciariamente ao BNDES. Assim, todo o valor dos ativos remanescentes foram reconhecidos (provisionados) como perda, segundo normas contábeis vigentes e procedimentos adotados em situações semelhantes no Sistema Petrobras.

4.10 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, quando são apresentadas como passivo não circulante.

4.11 Salários e encargos sociais

Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

4.12 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

4.13 Benefícios concedidos a empregados (pós-emprego)

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria definidos e os de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável.

As premissas atuariais incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final.

Mudanças na obrigação de benefício definido líquido são reconhecidas quando incorridas da seguinte maneira: i) custo do serviço e juros líquidos, no resultado do exercício, e ii) remensurações, em outros resultados abrangentes.

O custo do serviço compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação.

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo.

Remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido, reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, compreendem: i) ganhos e perdas atuariais e ii) retorno sobre os ativos do plano, menos a receita de juros auferida por esses ativos.

A companhia também contribui para planos de contribuição definida, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

4.14 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se as alíquotas vigentes no final do período de apresentação.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis ao final do período de reporte e são determinados mediante a aplicação das alíquotas vigentes.

4.15 Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. Os demais passivos são registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

Os ativos e passivos decorrentes de operação de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data da transação.

4.16 Capital Social e remuneração aos acionistas

As ações ordinárias nominativas estão representadas no patrimônio líquido.

Quando proposta pela companhia, a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da companhia.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

A distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio para os acionistas da companhia é reconhecida como um pas-

sivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social da companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é distribuído e reconhecido como passivo na data em que for aprovado pelo Conselho de Administração.

4.17 Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável.

As principais atividades de prestação de serviços na companhia, por segmento, são:

- Transporte Marítimo – Operação e afretamento de embarcações para atendimento à logística da controladora. O reconhecimento de sua receita ocorre pela disponibilidade diária de cada embarcação.
- Dutos e Terminais – Transporte e armazenagem de líquidos nos terminais aquaviários, terrestres e oleodutos e operação dos gasodutos. O reconhecimento de sua receita ocorre pela medição dos volumes de petróleo e derivados movimentados e por Km de gasodutos sob o contrato de operação.

As receitas e despesas financeiras incluem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações, despesas com juros sobre financiamentos, além das variações cambiais e monetárias líquidas. As despesas financeiras excluem os custos com empréstimos que são capitalizados como parte do custo do ativo. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

4.18 Subvenções Governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

5. Novas normas e interpretações

5.1 International Accounting Standards Board (IASB)

Os principais pronunciamentos e interpretações emitidos pelo IASB, que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2017, são os seguintes:

5.1.1 IFRS 9 – Financial Instruments

A partir de 1º de Janeiro de 2018, entra em vigor o *International Financial Reporting Standard 9 – Financial Instruments* (IFRS 9), emitido pelo IASB, em substituição ao *International Accounting Standard 39 – Financial Instruments: Recognition and Measurement* (IAS 39).

O IFRS 9 estabelece novos requerimentos para: classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros e contabilidade de *hedge*.

Em geral, uma entidade deve aplicar o IFRS 9 retrospectivamente, conforme o *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors* (IAS 8). No entanto, existem exceções a essa forma de aplicação inicial, previstas nas disposições transitórias do IFRS 9, de maneira que a reapresentação de períodos anteriores não é compulsória quando da adoção inicial do pronunciamento. A companhia não pretende reapresentar períodos anteriores em função da aplicação inicial do IFRS 9.

A Transpetro avaliou seus ativos e passivos financeiros e não espera impactos significativos em razão da adoção do IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme detalhado a seguir:

· O IFRS 9 estabelece um novo modelo para classificação de ativos financeiros, baseado nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo. A companhia não identificou impactos materiais na classificação e mensuração de seus ativos financeiros quando da adoção inicial do IFRS 9.

· O modelo definido pelo IFRS 9 para reconhecimento de *impairment* é baseado nas perdas de crédito esperadas, substituindo o modelo estabelecido pelo IAS 39 baseado nas perdas de crédito incorridas. A companhia não espera impactos materiais em razão do reconhecimento de perdas adicionais de *impairment* sobre ativos financeiros em 1º de janeiro de 2018.

5.1.2 IFRS 15 – Revenue from Contracts with Customers

A partir de 1º de Janeiro de 2018, entra em vigor o *International Financial Reporting Standard 15 – Revenue from Contracts with Customers* (IFRS 15), emitido pelo IASB e que substitui uma série de pronunciamentos e interpretações, incluindo o *International Accounting Standard 18 – Revenue* (IAS 18).

O IFRS 15 tem como objetivo estabelecer os princípios que devem ser aplicados para que sejam apresentadas informações úteis aos usuários de demonstrações contábeis sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente. Os requerimentos contidos no IFRS 15 estabelecem uma abordagem abrangente para determinar quando (ou a que medida) e por quais montantes as receitas de contratos com clientes devem ser reconhecidas. Conforme previsto nas disposições transitórias do IFRS 15, uma entidade deverá aplicar o pronunciamento: (i) retrospectivamente, a cada período anterior conforme o IAS 8 e sujeito a determinados expedientes práticos ou, (ii) retrospectivamente, com os efeitos cumulativos da aplicação inicial do pronunciamento reconhecidos na data de sua aplicação inicial. A companhia pretende aplicar a segunda abordagem a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo que não foram identificados efeitos cumulativos a serem reconhecidos nessa data.

A Transpetro não espera mudanças significativas em suas práticas contábeis a partir da adoção do IFRS 15. Em sua avaliação, a companhia não identificou mudanças no montante a ser reconhecido ou no momento de reconhecimento de suas receitas de contratos com cliente.

5.1.3. IFRIC 22 – Foreign Currency Transactions and Advance Consideration

A partir de 1º de Janeiro de 2018, entra em vigor a interpretação técnica *Foreign Currency Transactions and Advance Consideration* (IFRIC 22), emitido pelo IASB.

O IFRIC 22 se aplica à transação em moeda estrangeira (ou parte dela) que resulta no reconhecimento de ativo não monetário ou passivo não monetário, decorrente de pagamento ou recebimento antecipado (adiantamento), antes que seja reconhecido o ativo, a despesa ou a receita relacionado(a) ao adiantamento.

O IFRIC 22 esclarece que a data da taxa de câmbio a ser utilizada no reconhecimento inicial do ativo, da despesa ou da receita relacionado(a) ao adiantamento é a mesma utilizada no reconhecimento inicial do adiantamento.

Conforme previsto nas disposições transitórias do IFRIC 22, a companhia pretende aplicar os requerimentos do IFRIC 22 prospectivamente, a partir de sua entrada em vigor, e não espera impactos significativos em razão de sua adoção.

5.1.4 IFRS 16 – Leases

Em 13 de janeiro de 2016, o IASB emitiu o IFRS 16 – *Leases* (IFRS 16), que vigorará para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, em substituição aos seguintes pronunciamentos e interpretações: IAS 17 – *Leases*; IFRIC 4 – *Determining whether an Arrangement contains a Lease*; SIC-15 – *Operating Leases – Incentives*; e SIC-27 – *Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease*.

O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores. Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminará a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Assim, passará a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultarão no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados. Se os pagamentos previstos nos arrendamentos mercantis forem devidos ao longo do tempo, também deverão ser reconhecidos passivos financeiros.

Para os arrendadores, o IFRS 16 manterá a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Dessa forma, o IFRS 16 não deverá alterar substancialmente a forma como arrendamentos mercantis serão contabilizados por arrendadores, quando comparado ao IAS 17.

Referente à avaliação dos efeitos sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa, bem como sua aplicação nos contratos existentes, a Transpetro está participando do projeto de implementação do IFRS 16 liderado pela Petrobras, entretanto, no atual estágio, ainda não é possível determinar os efeitos quantitativos da adoção desse pronunciamento.

6. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da companhia.

6.1 Premissas para testes de recuperabilidade de ativos (Impairment)

A companhia revisa anualmente os ativos não financeiros, para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável. Esses ativos incluem os navios e os demais relacionados aos projetos de expansão do Programa de Modernização e Expansão da Frota – Promef.

A avaliação do *impairment* de ativos imobilizados exige o uso de premissas e estimativas significativas, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxos de caixa futuros, taxas de crescimento futuro, vida útil remanescente dos navios, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período de tempo, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

As premissas utilizadas para fins de avaliação de *impairment* estão apresentadas de forma detalhada na nota explicativa 16.3.

6.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A determinação da provisão para imposto de renda ou o registro de imposto de renda diferido ativos e passivos e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da administração. Para cada crédito fiscal futuro, a companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperado.

A companhia reconhece, quando aplicável, provisão para perda no caso em que acredita que os créditos fiscais não sejam totalmente recuperáveis no futuro. As informações sobre premissas e estimativas utilizadas foram apresentadas na nota explicativa 13.

6.3 Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Transpetro, com base em pareceres de seus assessores jurídicos, quando necessário, e nos julgamentos da Administração.

Informações adicionais sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 18.

6.4 Benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

- Taxa de desconto – compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro;
- Taxa de variação de custos médicos e hospitalares – premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (per capita) da companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos.

Essas e outras estimativas são revisadas, anualmente, e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuariais.

A análise de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares, assim como informações adicionais das premissas estão divulgadas na nota explicativa 19.

7. Gerenciamento de riscos

As atividades da companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de valor justo, risco de taxa de juros e de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. Demonstramos a seguir breve esclarecimento sobre a estrutura do gerenciamento de risco e informações sobre a exposição da companhia.

A Transpetro utiliza a Política e Diretrizes de Controles Internos da Petrobras, que tem por objetivo estabelecer os princípios que nortearão as empresas do Sistema na gestão dos seus controles internos, de forma a exercê-la com excelência e contribuindo com a redução de custos e a mitigação de riscos empresariais relevantes, garantindo a integridade dos dados utilizados na tomada de decisões de negócios, assegurando a confiabilidade dos relatórios financeiros, em atendimento aos requisitos legais e regulamentos aplicáveis, em conformidade com as melhores práticas de mercado e com a legislação vigente. Mantendo compromisso com a manutenção de elevados níveis de governança corporativa a Transpetro se preocupa com a transparência, a credibilidade, a sinergia e a integração de seu sistema de controles internos para o atendimento de requisitos estratégicos, financeiros, regulatórios e legais, inclusive aqueles exigidos pela Lei Sarbanes-Oxley (SOx) ao Sistema Petrobras, visando, entre outros aspectos, garantir o adequado registro de ativos e obrigações, a salvaguarda de ativos e a segregação das operações.

7.1 Risco de crédito

Conforme descrito no contexto Operacional da companhia, 96% das operações são efetuadas com a controladora ou com empresas do Sistema Petrobras. A Administração entende não haver exposição ao risco de créditos decorrentes dessas operações.

(a) Risco de taxa de juros

Em 31 de dezembro de 2017 as dívidas mantidas pela companhia estão sujeitas, principalmente, à flutuação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil.

O risco ao qual a companhia está exposta é em função de sua dívida de longo prazo e, em menor escala, de curto prazo. Considerando um possível aumento da TJLP, as despesas financeiras decorrentes de empréstimos e financiamentos aumentariam e, conseqüentemente, seria observado o impacto negativo nos resultados operacionais e na posição financeira da companhia.

(b) Risco cambial

A companhia atua internacionalmente através de sua subsidiária TIBV e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. A exposição cambial decorrente da participação em operações no exterior é protegida, pois além das receitas decorrentes das taxas de afretamento, a maioria dos custos operacionais também são realizados em dólar reduzindo os efeitos de variação cambial. Adicionalmente a Transpetro possui 96% das operações com a controladora ou com empresas do Sistema Petrobras.

(c) Análise de sensibilidade

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo do financiamento junto ao BNDES, Banco do Brasil S.A e Caixa Econômica Federal, atualizado pela TJLP que fechou o ano de 2017 em 7%. O cenário provável é o valor justo em 31 de dezembro de 2017, os cenários possível e remoto consideram um aumento nas taxas de 25% e 50%, o que geraria um impacto negativo de aproximadamente R\$ 97.733 e R\$ 195.465 (R\$ 89.791 e R\$ 179.582 em 2016), respectivamente.

(d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é representado pela possibilidade de insuficiência de caixa ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas e é gerenciado pela companhia por meio de ações como: otimização das disponibilidades e redução da necessidade de capital de giro; manutenção de um caixa robusto que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto prazo; e financiamentos de instituições financeiras do governo federal. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a companhia disponha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais.

O fluxo nominal (não descontado) de principal e juros dos financiamentos, por vencimento, é apresentado a seguir:

Vencimento	2018	2019	2020-2022	2023 em diante	31.12.2017	31.12.2016
Principal	259.601	289.736	945.217	4.218.183	5.712.738	4.925.798
Juros	396.518	426.826	1.254.247	2.636.280	4.713.871	4.345.643
Total	656.119	716.563	2.199.465	6.854.463	10.426.608	9.271.440

7.2 Gestão de capital

Os objetivos da companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas.

Condizente com outras companhias do setor, a companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2017 e 2016 podem ser assim sumarizados:

	Controladora	
	2017	2016
Total dos empréstimos (Nota 29)	5.584.725	4.788.844
Menos: caixa e equivalentes de caixa e TVM (Nota 8)	(1.524.516)	(1.119.003)
Dívida líquida	4.060.209	3.669.841
Total do patrimônio líquido	4.226.885	4.008.023
Total do capital	8.287.095	7.677.864
Índice de alavancagem financeira - %	49%	48%

	Consolidado	
	2017	2016
Total dos empréstimos (Nota 29)	5.584.725	4.788.844
Menos: caixa e equivalentes de caixa e TVM (Nota 8)	(2.214.561)	(1.643.643)
Dívida líquida	3.370.165	3.145.200
Total do patrimônio líquido	4.226.885	4.008.023
Total do capital	7.597.050	7.153.223
Índice de alavancagem financeira - %	44%	44%

7.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros não compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar

10. Partes relacionadas

Os ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de operações entre a companhia, sua controladora (Petrobras) e demais empresas ligadas, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações, conforme instrumentos contratuais celebrados entre as partes.

	Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Transpetro Internacional BV	Petrobras Distribuidora S.A. - BR	TAG	NTS	Logum Logística	Demais empresas	2017	2016
Controladora									
Receitas operacionais por prestação de serviços (i)	6.666.292	-	87.756	266.118	234.771	79.900	66.395	7.401.233	7.665.130
Custo dos serviços prestados - Afretamento/arrendamento	(775.068)	-	-	-	-	-	-	(775.068)	(731.325)
Custo dos serviços prestados - Lubrificantes e outros	-	-	(19.925)	-	-	-	-	(19.925)	(16.859)
Contas a receber, principalmente, por prestação de serviços	1.240.017	38.617	16.067	32.450	24.844	7.825	18.214	1.378.033	1.193.432
Custo de pessoal cedido	(621.938)	-	(7.617)	-	-	-	(2.057)	(631.611)	(719.376)
Contas a pagar	(873.476)	(5.483)	(16.991)	-	-	-	(5.553)	(901.503)	(905.532)
Variáveis monetárias e cambiais líquidas	(7.591)	21	-	-	-	-	(4)	(7.573)	(80.077)
Consolidado									
Receitas operacionais por prestação de serviços	7.744.862	-	87.756	266.118	234.771	79.900	66.395	8.479.802	8.906.683
Custo dos serviços prestados - Afretamento/arrendamento	(775.068)	-	-	-	-	-	-	(775.068)	(731.325)
Custo dos serviços prestados - Lubrificantes e outros	-	-	(19.925)	-	-	-	-	(19.925)	(16.859)
Contas a receber, principalmente, por prestação de serviços	1.245.903	-	16.067	32.450	24.844	7.825	18.214	1.345.303	1.173.591
Custo de pessoal cedido	(623.531)	-	(7.617)	-	-	-	(2.057)	(623.531)	(720.718)
Contas a pagar	(977.232)	-	(16.991)	-	-	-	(5.553)	(999.776)	(982.699)
Variáveis monetárias e cambiais líquidas	(7.591)	21	-	-	-	-	(4)	(7.573)	(80.077)

(i) Tratam-se de receitas brutas, antes dos encargos sobre serviços.

11. Imposto de Renda, Contribuição Social e outros tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
ICMS	3.349	3.350	3.349	3.350
Imposto de renda e contribuição social (i)	54.798	291.297	54.798	291.297
Cofins (ii)	8.483	27.880	8.483	27.880
PIS (iii)	2.291	6.504	2.291	6.504
INSS (iii)	16.111	20.732	16.111	20.732
ISS	1.106	1.111	1.106	1.111
Outros	205	205	235	467
	86.344	351.078	86.374	351.341

(i) Em 2016, o saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (R\$ 291.297) foi resultado de antecipações de pagamentos e do efeito da despesa de Juros sobre o Capital Próprio. Em comparação ao exercício de 2017, a redução dos saldos se deu em função de compensações desses créditos, conforme definido no planejamento anual para compensação de tributos a recuperar. Esse plano de ação foi extensivo aos saldos de PIS, Cofins e INSS.

(ii) Os valores do PIS e Cofins decorrem das retenções determinadas pela Lei nº 10.833 realizadas pela fonte pagadora, em especial das receitas oriundas das operações com a Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras, bem como créditos decorrentes da aquisição de ativos imobilizados.

(iii) O valor de INSS refere-se à retenção sobre os serviços prestados com cessão de mão de obra, conforme disposto na Lei nº 9711/98, regulamentada pela IN RFB nº 971 de 13 de novembro de 2009.

12. Despesas antecipadas

	Consolidado	
	2017	2016
Arrendamento Antecipado (i)	45.925	49.680
Seguro	22.345	13.904
Total	68.270	63.584

(i) Valores pagos antecipadamente a terceiros pelos navios arrendados

13. Tributos

13.1 Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido Diferidos

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos são registrados para refletir no resultado do exercício os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

7.4 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros classificados como caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários tem como base a classificação de risco concedida pela agência avaliadora *Standard & Poor's*. A informação sobre estes ativos financeiros, que não estão vencidos e sem evidências de perdas, estão dispostas a seguir:

	Caixa e equivalentes de caixa		Títulos e valores mobiliários	
	2017	2016	2017	2016
BB-	732.308	563.490	1.516.693	1.103.427
BBB	14.895	18.837	-	-
Outras classificações	6.502	10.305	15	14
Total	753.705	592.633	1.516.708	1.103.441

7.5 Estimativa do valor justo

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente está demonstrada a seguir:

· Nível I: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;

· Nível II: são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;

· Nível III: são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

O valor justo estimado para os empréstimos de longo prazo com o BNDES, Caixa Econômica e o Banco do Brasil S.A., em 31 de dezembro de 2017, não difere significativamente de seu valor contábil. Conforme descrito na nota explicativa 29, estes empréstimos são considerados como empréstimos a valor de mercado, visto tratar-se de uma linha de crédito pública (embora específica ao segmento) no que se refere à disponibilidade de recursos.

Os títulos e valores mobiliários do ativo circulante e não circulante, correspondente aos saldos mantidos no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados (FIDC-NP) do Sistema Petrobras, são classificados como de nível I, cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração.

8. Caixa e equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários

8.1 Caixa e equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Caixa e numerários em trânsito	6.502	10.264	6.502	10.264
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo	12.528	14.546	74.739	33.581
Aplicações financeiras	44.630	43.182	44.630	43.182
Aplicações financeiras no exterior	-	-	627.833	505.606
	63.660	67.992	753.705	592.633

As aplicações financeiras efetuadas pela Transpetro, no Brasil, em reais, foram custodiadas pelo Banco do Brasil e rentabilizaram, em média, 9,91% a.a em 2017 (13,89% a.a em 2016) e aquelas efetuadas pela Transpetro International BV - TI BV, no exterior, em dólares norte-americanos, foram custodiadas pelo Banco do Brasil New York e rentabilizaram, em média, 1,27% a.a em 2017 (0,87% a.a em 2016).

A companhia classificou suas aplicações financeiras como caixa e equivalentes de caixa por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um baixo risco de perda de valor.

8.2 Títulos e valores mobiliários

	Controladora e consolidado	
	2017	2016
	1.516.708	1.103.441
Circulante (i)	1.460.856	1.051.010
Não circulante (ii)	55.852	52.430

(i) Refere-se ao fundo de investimento (FIDC), administrado pelo Banco do Brasil, destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas pelas empresas do Sistema Petrobras. Em 2017 a rentabilidade anual deste fundo foi de 9,95% (14,00% em 2016) equivalente a 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

(ii) Refere-se ao bloqueio judicial de cotas aplicadas no fundo de investimento do Sistema Petrobras (FIDC).

9. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Cientes				
Terceiros	16.780	11.689	16.780	11.689
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.534)	(4.523)	(4.534)	(4.523)
	12.246	7.165	12.246	7.165
Partes relacionadas (Nota 10)				
Circulante	1.360.417	1.175.816	1.345.303	1.173.591
Não circulante	17.616	17.616	-	-
	1.390.279	1.200.598	1.357.549	1.180.756

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2017	2016
Controladora e consolidado		
Saldo em 1º de janeiro	(4.523)	(4.518)
Adições	(11)	(7)
Baixas/reversão	-	2
Saldo em 31 de dezembro	(4.534)	(4.523)

O IRPJ e CSLL diferidos líquidos registrados em 2017 nos montantes de R\$ 393.325 e R\$ 142.117, respectivamente (R\$ 295.682 e R\$ 106.965, em 2016), foram constituídos com base nas diferenças temporárias e são decorrentes de provisões para contingências (trabalhistas, cíveis, tributárias e ambiental), perdas no valor de recuperação de ativos, devedores duvidosos e pelo disposto na Lei nº 12.973/14 que permitiu o reconhecimento da diferença entre a depreciação contábil, calculada com base no CPC 27, e a depreciação fiscal, prevista na IN RFB nº 1700/17.

A variação no período foi decorrente, principalmente, do registro da perda na depreciação recuperável de ativos, pela remensuração do passivo atuarial do Petros II e pelo registro da diferença de taxa contábil e fiscal em função da vida útil.

Os respectivos efeitos foram registrados em contrapartida ao resultado do exercício, exceto os impostos diferidos referentes a remensuração atuarial do Plano Petros 2 reconhecido no patrimônio líquido.

A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentado a seguir:

	Provisão Contingências	Provisão despesas de pessoal e PLR	Passivo atuarial	Diferença de vida útil	Impairment	Provisões Operacionais (i)	Total
Saldo final 2015	43.870	2.176	9.986	(74.038)	-	96.588	78.582
Resultado	8.498	8.053	4.269	(18.496)	270.583	34.903	307.810
Outros resultados	-	-	16.255	-	-	-	16.255
Saldo final 2016	52.368	10.229	30.510	(92.534)	270.583	131.491	402.647
Resultado	28.724	2.041	8.823	(21.903)	122.636	(13.866)	126.455
Outros resultados	-	-	6.340	-	-	-	6.340
Saldo final 2017	81.092	12.270	45.673	(114.437)	393.219	117.625	535.442
Impostos diferidos ativos							495.181
Impostos diferidos passivos							(92.534)
Em 31 de dezembro de 2016							402.647
Impostos diferidos ativos							649.879
Impostos diferidos passivos			</				

Em 31 de dezembro de 2017, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é a seguinte:

Imposto de Renda e CSLL diferidos, líquidos	
2018	164.220
2019	28.118
2020	28.112
2021	27.913
2022	27.385
2023	27.174
2024 em diante	232.520
Parcela registrada contabilmente	555.442

13.2 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos sobre os Lucros apurados conforme as alíquotas nominais e os valores reconhecidos nos resultados dos exercícios de 2017 e 2016 estão apresentados a seguir:

	Controladora	
	2017	2016
Lucro antes dos impostos e após a participação de empregados e administradores	306.368	306.900
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(104.165)	(104.346)
Juros sobre capital próprio	-	80.844
Incentivos fiscais	919	1.257
Benefício fiscal - Programa de Auxílio ao Trabalhador (PAT)	4.393	5.429
AMS Ativos e Inativos	(45.438)	(35.922)
Participações em Controladas	16.516	35.930
Imposto de renda e contribuição social por adesão ao PERT (i)	(49.825)	-
Outros	(7.542)	23.692
Despesa com formação de provisões para imposto de renda e contribuição social	(185.142)	6.882
IR e CSLL correntes	(311.597)	(300.928)
IR e CSLL diferidos	126.455	307.810
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social - %	-60%	2%

(i) Pert - Programa Especial de Regularização Tributária

As despesas com os tributos sobre os lucros apresentadas nas demonstrações contábeis consolidadas incluem também a provisão de R\$ 1.030 relativa aos tributos devidos no exterior por sua controlada TI BV durante o exercício de 2017 (R\$ 2.050 em 2016).

14. Demais ativos - Não circulante

Correspondem ao pagamento de 5% efetuado com recursos próprios da Transpetro, na forma prevista dos contratos, realizados aos Estaleiros Atlântico Sul - EAS e ao Rio Tietê nos montantes de R\$ 139.836 (principal e atualização monetária) e R\$ 17.770, respectivamente.

Devido à rescisão dos contratos para a construção de navios com o Estaleiro Atlântico Sul - EAS (7 navios DP, sendo 4 Suezmax e 3 Aframax), as cartas de fiança que garantiam os valores adiantados foram devolvidas e foi assinado TEJ (transação extra judicial) para devolução dos adiantamentos realizados, em parcelas anuais a partir de 2018. Quanto ao Rio-Tietê, em função da suspensão, por força de decisão judicial, dos contratos de 16 comboios, o valor de R\$ 17.770 se mantém garantido por cartas de fiança emitidas pelo Banco ABC do Brasil SA. Uma vez decidida e operada a rescisão dos Contratos de Compra e Venda, caberá imediata execução dessas Cartas.

15. Investimento em controladas

A Transpetro é detentora de 100% do capital social integralizado da empresa Transpetro International BV (TIBV), sediada em Rotterdam (Holanda), que tem como principal atividade o afretamento de navios na modalidade TCP (*Time Charter Party*) com a Petrobras (nota 20).

Seguem abaixo as informações sobre a controlada (valores em milhares de US\$):

	% de Participação direta da Controlada	Capital subscrito em 31 de dezembro de 2017	Quantidade de Ações / quotas	Patrimônio líquido	Lucro líquido 2017	Lucro líquido 2016
Controlada						
Transpetro International BV - TIBV	100%	130.076	130.075.685	311.681	15.600	29.930

Movimentação dos saldos de investimentos:

	2017	2016
No início do exercício	964.957	1.039.278
Equivalência patrimonial (i)	48.578	105.675
Variação cambial em investimento no exterior (ii)	17.504	(179.995)
No fim do exercício	1.031.039	964.957

(i) Refere-se ao resultado gerado pela controlada TIBV no exercício de 2017. Em 2016, em virtude da conclusão do processo de liquidação da empresa *Fronape International Company* - FIC, resultado total da equivalência patrimonial em 2016 no montante de R\$ 166.529, contemplou, além dos ganhos pelo resultado da investida TIBV de R\$ 105.675, a realização dos ganhos cambiais da FIC Cayman.

(ii) Refere-se ao ganho patrimonial apurado sobre a variação cambial do investimento na TIBV, registrada em outros resultados abrangentes.

As informações contábeis resumidas sobre o investimento são as seguintes:

	2017	2016
Ativo circulante	778.164	600.181
Imobilizado	421.455	473.866
	1.199.619	1.074.047
Passivo Circulante	150.888	91.474
Passivo não Circulante	17.691	17.616
Patrimônio Líquido	1.031.039	964.957
	1.199.619	1.074.047
Receita operacional líquida	1.078.570	1.241.553
Lucro Líquido do exercício	48.578	105.675

16. Imobilizado

16.1 Composição

	Consolidado Controladora									
	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Benfeitorias em bens de terceiros	Navios	Terrenos	Projetos de expansão Promef	Reformas de tanques em andamento	Outras obras em andamento	Total	Total
Saldo em 1º de Janeiro de 2016	14.991	243.203	1.892.734	4.150.925	12.177	1.169.360	143.162	123.704	7.750.256	7.165.598
Adições	-	31.687	42.019	81.941	-	867.470	101.128	115.939	1.240.184	1.150.742
Baixas	-	(4.520)	(65.628)	(9.566)	-	(63.689)	(4)	(940)	(144.347)	(144.347)
<i>Impairment</i> - Constituição	-	-	-	(415.115)	-	(383.490)	-	-	(798.605)	(798.605)
<i>Impairment</i> - Reversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	42.077	154.430	807.356	-	(807.356)	(61.436)	(135.071)	-	-
Depreciação	(1.337)	(94.058)	(313.103)	(209.147)	-	-	-	-	(617.645)	(512.039)
Ajuste Acumulado de Conversão	-	(3.183)	(15.775)	(72.120)	-	-	-	(3.549)	(94.627)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	13.654	215.206	1.694.677	4.334.274	12.177	782.295	182.850	100.083	7.335.216	6.861.349
Custo	31.354	433.163	2.760.041	5.173.850	12.177	782.295	182.850	100.083	9.475.813	8.748.926
Depreciação	(17.700)	(217.957)	(1.065.364)	(839.576)	-	-	-	-	(2.140.597)	(1.887.577)
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	13.654	215.206	1.694.677	4.334.274	12.177	782.295	182.850	100.083	7.335.216	6.861.349
Adições	-	57.434	20.064	131.054	-	953.976	149.375	137.483	1.449.386	1.395.959
Baixas	-	(1.402)	-	(8.226)	-	(4.362)	-	(4.292)	(18.282)	(18.282)
<i>Impairment</i> - Constituição	-	-	-	-	-	(393.732)	-	-	(393.732)	(393.732)
<i>Impairment</i> - Reversão	-	-	-	10.500	-	-	-	-	10.500	10.500
Transferências	-	23.911	175.621	795.181	-	(795.181)	(108.494)	(91.038)	-	-
Depreciação	(1.338)	(95.242)	(323.611)	(224.392)	-	-	-	-	(644.583)	(533.754)
Ajuste Acumulado de Conversão	-	(211)	919	3.971	-	-	-	311	4.990	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	12.316	199.696	1.567.670	5.042.362	12.177	542.996	223.731	142.547	7.743.495	7.322.040
Custo	31.354	414.880	2.912.539	6.082.218	12.177	542.996	223.731	142.547	10.362.442	9.600.537
Depreciação	(19.038)	(215.184)	(1.344.869)	(1.039.856)	-	-	-	-	(2.618.947)	(2.278.497)
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	12.316	199.696	1.567.670	5.042.362	12.177	542.996	223.731	142.547	7.743.495	7.322.040
Vida útil estimada em anos	16-25	05-31	02-50	25						

18. Provisão para processos judiciais

A Transpetro é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, ambientais e cíveis.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e com base nos históricos referentes às quantias reivindicadas por terceiros, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

(a) Processos judiciais provisionados

	2017	Adições	Baixas	2016
Processos judiciais trabalhistas (i)	233.362	124.220	(34.274)	143.416
Processos judiciais cíveis	5.019	858	(6.319)	10.480
Processos judiciais tributários	124	79	(46)	91
Processos judiciais ambientais	-	-	(36)	36
Total provisionado no passivo não circulante	238.505	125.157	(40.675)	154.024

(i) A variação do saldo decorre principalmente da revisão dos valores de exposição das ações judiciais, alteração das expectativas de perdas nos processos existentes e entrada de novos processos, sobretudo aqueles referentes às ações coletivas que

16.2 Benfeitorias em bens de terceiros

Os gastos com as reabilitações de bens arrendados da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras são de responsabilidade da Transpetro. Dessa forma, as reabilitações dos tanques têm seus gastos capitalizados e contabilizados da seguinte forma:

Os gastos com reabilitação de tanques, cujas conclusões ocorreram durante o exercício de 2017, foram contabilizados em "Benfeitorias em bens de terceiros", no montante de R\$ 108.494 (R\$ 61.436 em 2016), os demais gastos foram contabilizados em "Reforma de tanques em andamento" no montante de R\$ 149.375 (R\$ 101.128 em 2016).

16.3 Redução ao valor recuperável - Impairment

16.3.1 UGC Transportes

A Administração da companhia avalia a cada fim de período se existem evidências de perda de recuperabilidade de seus ativos.

Na elaboração do fluxo de caixa da frota de embarcações (UGC Transportes), consideradas as unidade geradora de caixa e composta por 42 navios, sendo seis em construção e 36 em operação, foram consideradas as seguintes premissas:

- Período projetivo: definido de acordo com a vida útil de cada navio, considerando o período em operação dos navios da Frota Atual e a expectativa de início de operação dos navios em construção.
- A taxa de desconto utilizada considera parâmetros de financiamento praticados por empresas de navegação no mercado e está alinhada com a metodologia da Petrobras.
- Moeda: Reais (R\$) em termos reais.
- Data-base: 31 de dezembro de 2017.
- Receita bruta: com base na taxa de frete diária dos contratos com a Petrobras, que varia de um navio para outro com base na capacidade de armazenamento e transporte.
- Custos e despesas: incluem custo de sobressalentes, tripulação, consumíveis, manutenção e encargos.
- As docagens incluídas no fluxo estão de acordo com o Plano de Docagens e para os navios não entregues ficam condicionados a data de entrada de operação dos navios e a depreciação é estimada pelo período de 2,5 anos (período médio entre docagens).
- Depreciação: As embarcações são depreciadas para fins fiscais em 20 anos.
- IRPJ e CSLL: calculado pelo regime de lucro real, considerando alíquota de 34% (IRPJ e CSLL) aplicada ao lucro antes dos impostos.

Os fluxos de caixa futuros consideraram: premissas e orçamentos da companhia aprovadas no plano de negócios 2018-2022, incluindo as entradas e saídas de navios em operação ou em construção; e taxas de descontos pós-imposto em moeda constante que variam entre 4,11% a 9,19% (4,43% a.a. e 9,97% a.a. em 2016), que derivam da metodologia WACC (Custo Médio Ponderado do Capital) para o setor de transporte, considerando a estrutura de endividamento e respectivo benefício fiscal. O resultado da avaliação indicou uma valorização dos ativos o que ocasionou uma reversão da provisão no montante total de R\$ 10.500.

16.3.2 UGC Comboios-Hidrovia

Os comboios foram avaliados por meio de laudo técnico elaborado por empresa especializada, que constatou que o valor contábil dos comboios estava maior em R\$ 29.567. Desta forma, a companhia reconheceu uma perda neste valor.

16.3.3 UGC Navios em Hibernação

Em decorrência da hibernação dos projetos de construção dos três navios da série Panamax, foi criada, a partir da segregação da UGC Transportes, uma UGC para os navios em construção que estão com significativa incerteza quanto a sua conclusão. Conforme mencionado, todo o valor dos ativos remanescentes atrelados aqueles ativos foram reconhecidos (provisionados) como perda, representando uma provisão de R\$ 364.164.

Assim, em nossas avaliações, considerando todas as UGCs, foram identificadas perdas por desvalorização de R\$ 383.232 decorrente principalmente pela hibernação dos três navios Panamax.

17. Imposto de Renda, Contribuição Social e outros tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Imposto de renda retido na fonte e imposto sobre incentivos (i)	-	32.749	-	32.749
Imposto de renda retido na fonte - juros sobre capital próprio	-	35.666	-	35.666
ICMS a pagar	21.830	22.108	21.830	22.108
ISS a recolher	7.726	7.358	7.726	7.358
INSS a recolher	6.862	6.612	6.862	6.612
Contribuições trabalhistas a recolher	24.585	22.996	24.585	22.996
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	27.353	-	28.599	124
Imposto de renda e Contribuição Social - Pert(ii)	4.571	-	4.571	-
Pasep e Cofins a recolher	331	589	331	589
Outros	3.733	4.048	3.785	4.094
Total Circulante	96.991	132.126	98.289	132.296
Imposto de renda e Contribuição Social - Pert (ii)	50.658	-	50.658	-
Total Não Circulante	50.658	-	50.658	-

(i) Refere, principalmente, a impostos de renda sobre folha de pagamento (R\$ 23.401).

(ii) A companhia informa que na data de 30/08/2017 aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), instituído pela Medida Provisória nº 783 de 31 de maio de 2017, convertida na Lei 13.496/2017, para regularizar uma contingência no montante de R\$ 145 milhões que se tratava da não homologação da compensação de créditos tributários de IRPJ e CSLL do ano de 2005, a qual foi reduzido para R\$ 83 milhões, aplicando-se as reduções de 80% dos juros de mora, 50 % da multa e 100% dos encargos legais.

A companhia realizou o pagamento de R\$ 29 milhões em 2017 e o restante, que totaliza, aproximadamente R\$ 54 milhões, será pago em 145 parcelas mensais e sucessivas, vencíveis a partir de janeiro de 2018 e com atualização pela taxa Selic.

A adesão ao Pert resultou em economia sobre o valor da causa no montante de R\$ 62 milhões.

	Consolidado Controladora									
	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Benfeitorias em bens de terceiros	Navios	Terrenos	Projetos de expansão Promef	Reformas de tanques em andamento	Outras obras em andamento	Total	Total
Saldo em 1º de Janeiro de 2016	14.991	243.203	1.892.734	4.150.925	12.177	1.169.360	143.162	123.704	7.750.256	7.165.598
Adições	-	31.687	42.019	81.941	-	867.470	101.128	115.939	1.240.184	1.150.742
Baixas	-	(4.520)	(65.628)	(9.566)	-	(63.689)	(4)	(940)	(144.347)	(144.347)
<i>Impairment</i> - Constituição	-	-	-	(415.115)	-	(383.490)	-	-	(798.605)	(798.605)
<i>Impairment</i> - Reversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	42.077	154.430	807.356	-	(807.356)	(61.436)	(135.071)	-	-
Depreciação	(1.337)	(94.058)	(313.103)	(209.147)	-	-	-	-	(617.645)	(512.039)
Ajuste Acumulado de Conversão	-	(3.183)	(15.775)	(72.120)	-	-	-	(3.549)	(94.627)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	13.654	215.206	1.694.677	4.334.274	12.177	782.295	182.850	100.083	7.335.216	6.861.349
Custo	31.354	433.163	2.760.041	5.173.850	12.177	782.295	182.850	100.083	9.475.813	8.748.926
Depreciação	(17.700)	(217.957)	(1.065.364)	(839.576)	-	-	-	-	(2.140.597)	(1

Atualmente, aguarda-se o julgamento de incidente de recurso repetitivo pelo Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, o qual determinou a suspensão do julgamento do dissídio coletivo de natureza jurídica proposto pela Petrobras e pela Transpetro, até o julgamento do mencionado incidente.

(ii) Tributárias

Os valores referem-se, principalmente, as execuções fiscais relatadas a seguir:

1. Adesão ao Pert – Saldo Negativo IRPJ e CSLL 2005

A companhia informa que na data de 30/08/2017 aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), para regularizar uma contingência no montante de R\$ 145 milhões que se tratava da não homologação da compensação de créditos tributários de IRPJ e CSLL do ano de 2005 (vide nota 17).

Em 2016, a Administração da companhia, naquela data do momento processual, classificava a probabilidade de perda decorrente deste processo como possível, cujo valor de exposição da companhia, à época, era de R\$ 148.865.

2. Saldo Negativo IRPJ e CSLL 2006

Ação de execução fiscal proposta pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN em razão dos créditos tributários relacionados a não homologação das Declarações de Compensação do saldo negativo de CSLL do ano calendário de 2006, por utilização dos saldos de IRPJ e CSLL de 2005.

Os valores desta causa, questionados pela PGFN, estão vinculados ao processo submetido ao parcelamento do Pert. Dessa maneira a administração da companhia ingressou com medida judicial solicitando o reconhecimento dos valores e a extinção do processo, cujo valor de exposição da companhia remonta, em 31 de dezembro de 2017, R\$ 46.607.

3. IPTU Santos

A companhia informa que questiona o Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU, na cidade de Santos entre os períodos de 2004 a 2017. Entende a empresa que tais valores não são devidos, pois não se enquadra como sujeito passivo da relação jurídica tributária dos fatos gerados do tributo, por se tratar de terreno cedido em concessão a empresa Codesp, sendo esta a possuidora jurídica do imóvel goza a mesma imunidade recíproca na cobrança do IPTU, assim tal exação não pode recair sobre a companhia. O referido assunto está pautado no Supremo Tribunal Federal – STF, para decisão final, a qual informaremos oportunamente em fato relevante caso haja impacto significativo nas demonstrações contábeis. O valor de exposição, em 31 de dezembro de 2017, é de R\$ 9.217.

4. Demais processos

Há outros 31 processos em curso sobre temas tributários diversos com classificação de expectativa de perda possível, cujo valor de exposição, em 31 de dezembro de 2017, é de R\$ 13.381.

A companhia mantém de modo diligente o acompanhamento dos processos e informará oportunamente em fato relevante caso haja impacto significativo nas demonstrações qualquer movimentação processual.

(c) Depósitos Judiciais

	2017	2016
Trabalhistas e previdenciárias	161.969	112.248
Cíveis e ambientais	29.173	20.922
Tributárias	6.211	5.932
	197.354	139.102

19. Benefícios pós-emprego

Os saldos relativos a benefícios concedidos a empregados estão representados a seguir:

	2017	Consolidado 2016
Obrigações registradas no balanço patrimonial com benefícios de plano de emprego	134.333	89.736
Benefícios de saúde pós-emprego	632.716	646.708
	767.048	736.444

19.1 Plano de pensão – Plano Petros 2

A partir de dezembro de 2011, para garantir aos empregados da Transpetro uma renda de aposentadoria complementar, a companhia, em parceria com a Fundação Petros, implementou o Plano Petros 2 (PP-2), na modalidade de contribuição mista. Neste caso os riscos são divididos entre Patrocinadora e empregado.

A parcela deste plano com característica de benefício definido refere-se a cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo com renda vitalícia. A parcela do plano com características de contribuição definida destina-se a formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento. Em 2017, a quantidade de participantes total do plano é de 4.614 ativos e 229 assistidos (4.710 ativos e 57 assistidos em 2016).

Em 31 de dezembro de 2017 a composição das obrigações líquidas registradas no balanço patrimonial monta em R\$ 134.333 (R\$ 89.736 em 2016).

19.2 Ativos do plano de pensão

A gestão de planos de previdência complementar da Transpetro é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros, que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

A estratégia de investimentos para ativos dos planos de benefícios é reflexo de uma visão de longo prazo e de uma avaliação de riscos inerentes às diversas classes de ativos, bem como do uso da utilização da diversificação como mecanismo de redução de risco da carteira. A carteira de ativos do plano deverá obedecer às normas definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Os limites de alocação dos ativos determinados na Política de Investimentos do Plano Petros Sistema Petrobras no período entre 2018 a 2022 são de: 45% a 75% em renda fixa, 10% a 35% em renda variável, 4% a 8% em imóveis, 2% a 8% em empréstimos a participantes e 0% a 5% em investimentos estruturados. Enquanto os limites de alocação do Plano Petros 2 para o mesmo período são de: 65% a 90% em renda fixa, 5% a 20% em renda variável, 0% a 5% em imóveis, 2% a 8% em empréstimos a participantes, 0% a 5% em investimentos estruturados e de 0% a 2% em investimentos no exterior.

A composição dos ativos dos planos em 31 de dezembro segue demonstrado:

	2017	Consolidado 2016
Títulos Públicos	76,32%	80,60%
Fundos de Investimentos	10,49%	7,68%
Ações	6,07%	4,14%
Investimentos Mobiliários	1,73%	2,32%
Outros	5,39%	5,26%
	100%	100%

19.3 Plano de assistência pós-emprego – AMS

Em 30 de junho de 2014, a Transpetro implementou o Programa de Assistência Multidisciplinar de Saúde – AMS para o período pós-emprego, beneficiando todos seus empregados no Brasil, aposentados, pensionistas e seus dependentes.

O plano é administrado pela Petrobras e sua gestão é baseada em princípios de autossustentabilidade do benefício, e conta com programas preventivos e de atenção à saúde.

Os empregados contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais, além do benefício farmácia que prevê condições especiais na aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos. O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela Petrobras, com base nos custos incorridos pelos participantes, e repassado para a Transpetro.

Em 31 de dezembro de 2017 a composição das obrigações líquidas registradas no balanço patrimonial monta em R\$ 632.716 (R\$ 646.708 em 2016).

19.4 Obrigações e despesas líquidas atuariais, calculados por atuários independentes, e valor justo dos ativos do plano

	2017		Consolidado 2016		
	Plano Petros 2	Plano de saúde - AMS	Plano Petros 2	Plano de saúde - AMS	Total
Movimentação do valor presente das obrigações atuariais					
Obrigações atuariais no início do exercício	165.110	646.708	811.817	136.531	418.396
Custo dos juros	17.697	69.973	87.670	19.619	61.117
Custo do serviço corrente	16.225	64.109	80.334	8.255	44.421
Benefícios pagos, líquidos de contribuições de assistidos	(8.949)	(2.135)	(11.085)	(6.786)	(1.244)
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais – experiência	(6.529)	(58.775)	(65.305)	(67.185)	(21.049)
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais – hipóteses demográficas	(12.394)	(1.920)	(14.315)	3.250	(18.150)
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais – hipóteses financeiras	21.489	(85.242)	(63.754)	71.425	163.217
Outros	-	-	-	-	-
Obrigações atuariais no fim do exercício	192.648	632.716	825.363	165.109	646.708
Movimentação no valor justo dos ativos do plano					
Ativos do plano no início do exercício	(75.373)	-	(75.373)	(107.162)	-
Receita de juros	(7.972)	-	(7.972)	(15.316)	-
Contribuições pagas pela empresa	-	-	-	-	-
Benefícios pagos, líquidos de contribuições de assistidos	8.949	-	8.949	6.786	-
Remensuração: Retorno sobre os ativos inferior a receita de juros	16.082	-	16.082	40.319	-
Outros	-	-	-	-	-
Ativos do plano no fim do exercício	(58.315)	-	(58.315)	(75.373)	-
Valores reconhecidos no balanço patrimonial	192.648	632.716	825.363	165.109	646.708
Valor presente das obrigações	(58.315)	-	(58.315)	(75.373)	-
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro	134.333	632.716	767.048	89.736	646.708
Movimentação do passivo atuarial líquido					
Saldo em 1º de janeiro	89.736	646.708	736.444	29.369	418.396
(+)/(-) Efeitos de remensuração reconhecidos em outros resultados abrangentes	18.647	(145.938)	(127.291)	47.809	124.018
(+) Custos incorridos no exercício	16.225	64.109	80.334	8.255	44.421

(+) Impacto dos juros líquidos	9.725	69.973	79.697	4.303	61.117	65.420
Benefícios pagos, líquidos de contribuições de assistidos	-	(2.135)	(2.135)	-	(1.244)	(1.244)
Outros	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro	134.333	632.716	767.048	89.736	646.708	736.444

19.5 Componentes do benefício pós-emprego

	Petros 2	AMS	Total 2017
Custo do serviço	16.225	64.109	80.334
Juros líquidos sobre passivo/(ativo) líquido	9.725	69.973	79.697
Custo Líquido do exercício	25.949	134.082	160.031
Relativa a empregados ativos:			
Absorvida no custeio das atividades operacionais	25.949	129.863	155.812
Relativa aos assistidos	-	4.219	4.219
Custo Líquido do exercício	25.949	134.082	160.031
	Petros 2	AMS	Total 2016
Custo do serviço	8.255	44.421	52.676
Juros líquidos sobre passivo/(ativo) líquido	4.303	61.117	65.420
Outros	-	-	-
Custo líquido do exercício	12.558	105.538	118.096
Relativa a empregados ativos:			
Absorvida no custeio das atividades operacionais	11.537	102.863	114.400
Relativa aos assistidos	1.021	2.675	3.696
Custo líquido do exercício	12.558	105.538	118.096

19.6 Premissas Atuariais

As principais hipóteses e premissas atuariais utilizadas nos cálculos das provisões do Plano Petros 2 e Plano de Saúde AMS são as seguintes:

Hipóteses financeiras	2017	2016
Plano Petros 2		
Taxa de desconto (nominal) ao ano	9,63%	10,84%
Taxa de retorno (nominal) de ativos	9,63%	10,84%
Crescimento salarial	6,59%	7,57%
Inflação	3,96%	4,87%
Taxa de reajuste de benefício do plano	3,96%	4,87%
Fator capacidade	100%	100%
Plano de Saúde AMS		
Taxa de desconto (nominal) atuarial	9,59%	10,87%
Inflação	3,96%	4,87%
Taxa de reajuste de benefício do plano	3,96%	4,87%
Taxa de crescimento dos custos médicos	Tabela “Crescimento dos Custos Médicos de 2017”	Tabela “Crescimento dos Custos Médicos de 2016”

Hipóteses demográficas Petros 2

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Tábua de Mortalidade	AT -2000 feminina suavizada em 10%	AT -2000 feminina suavizada em 10%
Tábua de Mortalidade de inválidos	IABP-57 (Frac)	IABP 1957
Tábua de entrada de invalidez	Grupo Americana desagradada em 40%	Light Fraca
Rotatividade	Nula	Nula
Composição familiar - ativos e assistidos	85% dos participantes casados com cônjuge 4 anos mais nova, considerando o titular masculino	85% dos participantes casados com cônjuge 4 anos mais nova, considerando o titular masculino
Entrada em aposentadoria	100% na 1ª elegibilidade	100% na 1ª elegibilidade

Hipóteses demográficas - Plano de Saúde - AMS

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Tábua de Mortalidade	EX_PETROS 2013	EX_PETROS 2013
Tábua de Mortalidade de inválidos	AT 49 Masculina	AT 49 Masculina 10% agravada
Tábua de entrada de invalidez	Grupo Americana	TASA 1927
Rotatividade	Tabela Rotatividade Transpetro	Tabela Rotatividade Transpetro
Composição familiar - ativos	77% dos participantes do sexo masculino e 39% do sexo feminino, foram considerados casados. Para titular do sexo masculino, cônjuges do sexo feminino 6 anos mais nova. Para titular do sexo feminino, cônjuge da mesma idade do titular e 1,62 filhos do sexo feminino na idade de 25 anos na data do início do benefício.	86,28% dos participantes do sexo masculino e 29,32% do sexo feminino, foram considerados casados e cônjuges 6 anos mais novos para participantes masculinos e 1 anos mais velhos para participantes femininos. Ademais, 1,62 filhos do sexo feminino na idade de 26 anos na data do início de benefício
Taxa nominal de crescimento salarial	“Plano Petros 2: 6,59% Não optantes: 5,19%”	“Plano Petros 2: 7,57% Não optantes: 6,47%”
Entrada em aposentadoria	Masculino 57 anos e feminino 56 anos	Masculino 57 anos e feminino 56 anos

19.7 Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir, a análise de sensibilidade dos benefícios pós-emprego:

	2017			
	Cenário I Aumento de 1% na taxa de desconto	Cenário II Redução de 1% na taxa de desconto	Cenário I Aumento de 1% nos custos médicos Hospitais	Cenário II Redução de 1% nos custos médicos Hospitais
Plano Petros 2				
Aumento/(redução) no custo do serviço	(5.629)	8.027	-	-
Aumento/(redução) no custo dos juros	(4.797)	5.699	-	-
Aumento/(redução) no valor presente das obrigações	(63.122)	88.211	-	-
Plano de Saúde – AMS				
Aumento/(redução) no custo do serviço	(11.229)	14.844	17.172	(13.062)
Aumento/(redução) no custo dos juros	(5.599)	9.955	15.357	(11.805)
Aumento/(redução) no valor presente das obrigações	(112.383)	142.717	160.233	(123.174)

19.8 Perfil de vencimento das obrigações

Análise dos vencimentos esperados de benefícios de planos de pensão e planos de saúde pós-emprego:

	Entre 1-2 anos		Entre 2-3 anos		Entre 3-4 anos	
	Menos de 1 ano	3.303 anos	3.238 anos	3.211 anos	3.169 anos	Mais de 4 anos
Benefícios de plano de pensão	6.285	7.470	8.634	9.825	179.727	600.501
Benefícios de saúde pós-emprego						

20. Arrendamento mercantil

20.1 Arrendamento mercantil operacional (arrendatário)

A empresa controlada TI BV iniciou o ano com uma frota em operação de 18 navios. Durante o exercício, por finalização de contrato, devolveu os navios Nordic Rio e Nordic Brasília, ficando com 16 navios arrendados de terceiros em contratos de afretamento de navios a casco nu do tipo “Bareboat Charter Party”. Esses contratos de arrendamento foram assinados entre 2003 e 2013 e possuem prazos de vigência entre dez e 15 anos.

Na contratação dos navios Stena Spirit, Nordic Spirit, Stavanger, Bergen e Gothenburg foram incluídas cláusulas de opção de compra ao término de cada contrato, com base em cotações de mercado à época e não caracterizavam preços de barganha nas datas de assinatura dos contratos. Os demais contratos não contemplam cláusulas de opção de compra.

Dessa forma, a Transpetro possui a intenção de substituir os navios existentes ao término de cada contrato e de não exercer as opções de compra estabelecidas nos contratos dos cinco navios supramencionados.

Os pagamentos futuros mínimos com base em 31 de dezembro de 2017 desses contratos estão segregados da seguinte forma, tal como determina a Deliberação CVM Nº 645/10 (CPC 06):

Em milhares de dólares:

	Pagamentos mínimos
2018	152.247
2019-2022	482.417
2023 em diante	301.691
Em 31 de dezembro de 2017	936.355
Em 31 de dezembro de 2016	1.109.229

20.2 Arrendamento mercantil operacional (arrendador)

(a) Navios arrendados pela Transpetro

A Transpetro possui um contrato principal de afretamento marítimo do tipo “Time Charter Party” com a Petrobras, onde a frota principal de navios é disponibilizada às operações de sua Controladora sob o comando técnico e operacional da Transpetro.

Esses contratos são utilizados como base para definição do fluxo de recebimentos dos exercícios seguintes. Os recebimentos futuros mínimos com base em 31 de dezembro de 2017 estão estimados da seguinte forma:

Recebimentos mínimos	
2018	1.054.628
2019-2021	4.173.746
Em 31 de dezembro de 2017	5.228.374
Em 31 de dezembro de 2016	6.508.497

(b) Navios arrendados pela controladora

A atual frota da empresa controladora TI BV, composta de 18 navios (sendo 16 fretados e dois próprios), é disponibilizada às operações da Petrobras, em contratos de afretamento marítimo do tipo "Time Charter Party". Esses contratos foram transferidos da FIC Cayman para TI BV entre 2012 e 2013, com prazo de vigência entre dez e 15 anos.

Os recebimentos futuros mínimos com base em 31 de dezembro de 2017 estão estimados da seguinte forma em milhares de dólares:

Recebimentos mínimos	
2018	298.101
2019-2022	938.602
2023 em diante	475.224
Em 31 de dezembro de 2017	1.711.927
Em 31 de dezembro de 2016	2.090.743

21. Patrimônio líquido (Controladora)

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, está representado por 3.403.344.030 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, todas escriturais, com direito de voto.

(b) Reservas

(b.1) Reservas de lucro

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de incentivos fiscais (Alteração Lei nº 11.638/07 - Deliberação CVM 555/08)

É constituída mediante destinação da parcela de incentivos fiscais, decorrentes de doações ou subvenções governamentais, apropriada no resultado do exercício em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações, incluído pela Lei nº 11.638/07, a partir de 1º de janeiro de 2008.

No exercício de 2017, foi destinado ao resultado o valor de R\$ 4.457 (R\$ 9.255 em 2016) referente aos incentivos para subvenções de investimentos no Norte e Nordeste, no âmbito da Sudene e Sudam, após aprovação destes órgãos, com redução de 75% do imposto de renda devido, calculado sobre o lucro da exploração de atividades incentivadas e parcela realizada de ativos vinculados ao incentivo de Reinvestimento.

Reserva de lucros a realizar

Reserva constituída em 1999, ou seja, anteriormente à vigência da Lei nº 10.303/01, com parcela do resultado de equivalência patrimonial em controlada, que foi transferida para lucros acumulados e computada no cálculo do dividendo em 2016.

(b.2) Reservas de capital

Reserva de incentivos fiscais

Reserva constituída com aplicações em incentivos fiscais no Fundo de Investimento do Nordeste (Finor), originadas de destinações de parte do imposto de renda dos anos de 1999 e 2000.

(c) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

O Estatuto assegura aos acionistas um dividendo e/ou juros sobre capital próprio mínimo de 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A proposta de distribuição de dividendos relativa ao exercício de 2017, que está sendo encaminhada pela Administração da Transpetro à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 24/04/2018 é de R\$ 110.708, sendo R\$ 27.677 como dividendos propostos relativos aos 25% mínimo obrigatório e R\$ 83.031 como dividendos adicionais propostos. A distribuição proposta corresponde a totalidade do lucro líquido ajustado do exercício da companhia.

A distribuição de dividendos relativa ao exercício de 2016, aprovada pelo acionista na reunião do Conselho de Administração de 17 de março de 2017, foi de R\$ 290.233, sendo R\$ 237.775 a título de juros sobre capital próprio, cuja quitação se deu em 31 de março de 2017 e adicionalmente, R\$ 25.822 à título de dividendos adicionais, resultado da parcela do lucro do exercício no montante de R\$ 52.457 deduzido de R\$ 27.874 referente à ajustes de exercícios anteriores, sendo estes, quitados em 03/07/2017.

Os dividendos do exercício de 2017 e 2016 foram calculados sobre o lucro, conforme se segue:

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	121.227	313.783
(-) Reserva legal	(6.061)	(14.295)
(-) Reserva de incentivos fiscais	(4.457)	(9.255)
Lucro para determinação do dividendo	110.708	290.233
(+) Reserva de lucros (i)	-	1.239
Total a ser distribuído	110.708	291.471
Juros sobre capital próprio (ii)	-	237.775
Dividendo propostos	27.677	-
Dividendos adicional proposto	83.031	53.696
(-) Ajustes de exercícios anteriores (nota 2.5)	-	(27.874)
Remuneração total ao acionista	110.708	25.822
Remuneração total ao acionista	110.708	263.598

(i) Parcela de lucros realizada pela liquidação de investida FIC Cayman no exercício.

(ii) O montante de R\$ 237.775 foi R\$ 172.185 superior à remuneração mínima obrigatória de 25%, conforme aprovado pelo acionista controlador.

22. Ajuste de avaliação patrimonial

(a) Ajuste acumulado de conversão

Diferenças de conversão para real das demonstrações contábeis de controlada com moeda funcional diferente da controladora.

	Consolidado	
	2017	2016
Ajustes acumulados de conversão	17.504	(179.995)
Ganho cambial realizado pela liquidação do investimento	-	(60.854)
Total	17.504	(240.849)

(b) Outros resultados abrangentes

Referem-se ao reconhecimento do valor líquido acumulado dos ganhos e perdas atuariais apurados por atuários independentes ao final de cada exercício social.

Os valores registrados em 2017 e 2016 seguem demonstrados:

	Consolidado	
	2017	2016
Remensuração das obrigações de benefícios de planos de pensão	(18.647)	(47.809)
(-) Efeitos tributários	6.340	16.255
	(12.307)	(31.554)
Remensuração das obrigações de benefícios de saúde pós-emprego	145.938	(124.017)
Total	133.631	(155.571)

23. Resultado por ação

	2017	2016
Lucro atribuível ao acionista controlador	121.227	313.783
Quantidade de ações	3.403.344	3.403.344
Lucro por ação básico e diluído ponderado pela quantidade de ações ordinárias em poder dos acionistas em cada período	0,04	0,09

A companhia não emitiu ou outorgou instrumentos patrimoniais que devam ser considerados para fins de cálculo do lucro por ação diluído, conforme determinado pelo Pronunciamento Técnico CPC 41.

24. Receita

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida segue demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita de serviços prestados	7.513.403	7.748.752	8.591.973	8.990.305
Encargos sobre serviços	(1.127.500)	(1.176.545)	(1.127.500)	(1.176.545)
Receita líquida de serviços prestados	6.385.903	6.572.207	7.464.473	7.813.760

25. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Gastos com pessoal	2.091.892	2.018.419	2.054.545	1.996.844
Gastos com materiais	202.485	188.107	226.080	221.586
Gastos com serviços	1.474.643	1.508.537	1.796.338	1.839.057
Energia elétrica	264.176	340.613	264.176	340.613
Depreciação e amortização (i)	536.791	515.235	646.804	620.625
Arrendamento Dutos e Terminais, Embarc-Terceiros	775.054	729.911	1.332.998	1.357.541
Perda no valor recuperável de ativos - Impairment (ii)	383.232	798.606	383.232	798.606
Outras despesas e receitas operacionais líquidas	99.509	(3.837)	102.072	11.046
Outros gastos	39.540	56.826	94.688	102.019
Total	5.867.121	6.152.418	6.900.933	7.287.937
Na Demonstração do Resultado				
Custos dos serviços vendidos	4.461.566	4.489.291	5.486.833	5.604.100
Despesas com vendas	32.674	28.651	32.674	28.651
Despesas gerais e administrativas	802.788	805.811	808.570	811.638
Tributárias	87.552	33.897	87.552	33.897
Perda no valor recuperável de ativos - Impairment (ii)	383.232	798.606	383.232	798.606
Outras despesas e receitas operacionais, líquidas	99.509	(3.837)	102.072	11.045
Total	5.867.121	6.152.418	6.900.933	7.287.937

(i) Desconsiderada a amortização, a depreciação totaliza R\$ 617.645 e R\$ 512.039, respectivamente, conforme quadro do imobilizado (nota 16).

(ii) Detalhamento na nota 16.3

26. Outros despesas e receitas operacionais

Segue abaixo a composição de outras despesas operacionais:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita de multas contratuais	23.400	27.693	23.400	27.693
Recuperação de despesas contratuais	8.463	20.466	8.463	20.466
Relações institucionais	(5.689)	(6.443)	(5.689)	(6.443)
Prejuízos Patrimoniais com sinistros	(5.970)	(2.971)	(2.158)	(10.303)
Receita de indenização de sinistros	9.454	4.304	9.454	4.304
Provisão para processos judiciais (i)	(96.163)	(24.995)	(96.163)	(24.995)
Perdas judiciais (ii)	(23.733)	(36.334)	(23.733)	(36.334)
Recuperação/perda Projetos - Eficácias - Promef (iii)	-	87.804	-	87.804
Ganho (perda) de alienação de imobilizado	9.953	20.576	9.953	20.576
Ressarcimento - Termo de Colaboração Premiada (iv)	77.205	2.000	77.205	2.000
Baixa de imobilizado	(13.907)	(14.790)	(13.907)	(14.790)
Juros líquidos inativos - Plano Petros 2	(1.853)	(1.021)	(1.853)	(1.021)
Contribuição inativos - AMS	(4.219)	(2.676)	(4.219)	-
Participação nos lucros e resultados (v)	(27.691)	-	(27.691)	-
Receita incentivos e subvenções governamentais (vi)	4.457	9.255	4.457	9.255
Provisão IPTU (vii)	(27.772)	(89.714)	(27.772)	(89.714)
Abono salarial (viii)	(36.665)	-	(36.665)	-
Outras receitas/ despesas	11.421	10.682	4.846	455
	(99.309)	3.837	(102.072)	(11.046)

i. Constituição de provisão para contingências, com base em informações dos assessores jurídicos e nos históricos referentes às quantias reivindicadas para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso;

ii. Baixa de depósitos judiciais mediante decisão judicial com alvarás expedidos;

iii. Em 2016, com o encerramento da relação contratual com o Estaleiro Atlântico Sul - EAS para a construção de sete navios DP (quatro Suezmax e três Aframax), foi acordado, junto ao próprio estaleiro, a devolução das eficácias adiantadas, conforme cláusulas contratuais e reconhecido o direito na Transpetro (vide nota 14);

iv. Recebimento de multa compensatória negociado através do Termo de Acordo de Colaboração Premiada do ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado no montante de R\$ 76.881 (vide nota 3);

v. A participação dos empregados nos lucros ou resultados (PLR) tem por base as disposições legais vigentes, bem como as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - Sest, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e pelo Ministério de Minas e Energia, estando relacionada ao lucro líquido consolidado atribuível aos acionistas da Petrobras. O montante a ser distribuído aos empregados da Transpetro a título de PLR, segue a metodologia de cálculo definida pela Petrobras (extensivo as empresas do sistema), conforme previsto no Acordo Coletivo de Trabalho da Transpetro;

vi. Incentivos para subvenções de investimentos no Norte e Nordeste, no âmbito da Sudene e Sudam, com redução de 75% do imposto de renda devido, calculado sobre o lucro da exploração de atividades incentivadas e parcela realizada de ativos vinculados ao incentivo de Reinvestimento. A variação é decorrente da provisão para perdas no valor recuperável de ativos;

vii. Provisionamento de valores devido a ações judiciais impetradas pela Petrobras, por solicitação e anuência da Transpetro, para a contestação de valores cobrados de Imposto Territorial Urbano - IPTU pela prefeitura municipal de São Sebastião (SP);

viii. Abono salarial conforme negociação no acordo coletivo de 2017.

27. Receitas (despesas) financeiras

(a) Despesas financeiras

	Consolidado	
	2017	2016
Juros de empréstimos (Promef)	(409.031)	(339.287)
Outras despesas financeiras	(30.380)	(4.652)
	(439.410)	(343.940)

(b) Receitas financeiras

	Consolidado	
	2017	2016
Rendimentos de aplicações financeiras	99.287	124.902
Rendimentos depósitos judiciais	24.754	-
Outras receitas	65.954	9.525
	189.995	134.428

(c) Variações monetárias e cambiais líquidas

	Consolidado	
	2017	2016
Atualização monetária - dividendos a pagar	(7.591)	(76.027)
Atualização monetária - tributos a recuperar	12.823	31.873
Variações cambiais ativas	6.343	19.408
Variações cambiais passivas	(8.444)	(31.844)
Outros	4.340	(1.405)
	7.471	(57.996)

28. Remuneração de dirigentes e empregados (em reais)

No exercício de 2017, a maior e a menor remuneração, em reais, atribuídas a empregados ocupantes de cargos permanentes e dirigentes foram de R\$ 101.092 e R\$ 1.419 respectivamente (R\$ 101.092 e R\$ 1.879 em 2016). A remuneração média foi de R\$ 11.622 (R\$ 10.989 em 2016).

A remuneração atribuída a título de honorários da Diretoria e Conselho de Administração durante o exercício de 2017 totalizou em R\$ 11.888 mil (R\$ 10.218 mil em 2016).

29. Promef - Programa de Modernização e Expansão da Frota

A Transpetro iniciou o ano de 2017 com contratos de financiamentos referentes a construção de 29 navios e 20 comboios no montante de 90% de R\$ 6,7 bilhões, pelo BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica, com recursos do Fundo da Marinha Mercante - FMM, nas seguintes condições: TJLP + 2%-3% a.a. para equipamentos (nacionais/importados).

Em 2017 foram entregues dois navios tipo Suezmax pelo Estaleiro Atlântico Sul S.A., encerrando a série de navios desse tipo, e um navio gaseiro 4K pelo estaleiro Promar S.A..

Seguem abaixo os valores históricos dos contratos assinados de compra e venda com os estaleiros, que totalizaram os R\$ 6,7 bilhões:

Estaleiro	Tipo	Qtd	Total	Entregues		Em construção		Postergados	Bancos
				Qtd	R\$	Qtd	R\$		
Estaleiro Atlantico Sul S.A.	Suezmax	10	2.855.763	10	2.855.763	0	-	0	BNDES
Estaleiro Atlantico Sul S.A.	Aframax	5	1.282.577	-	-	5	1.282.577	0	BNDES
Estaleiro Mauá Petro Um S.A.	Tanque/produto	4	651.687	4	651.687	0	-	0	BNDES
EISA-Estaleiro Ilha S.A.	Panamax (*)	4	910.664	1	234.059	0	-	3	676.605 BNDES
Estaleiro Promar S.A.	Gaseiros	6	617.576	5	530.712	1	86.864	0	- Banco do Brasil
Estaleiro Rio Tietê	Comboios (**)	20	432.317	4	88.484	-	-	16	343.833 CEF
Total Geral		49	6.750.584	24	4.360.705	6	1.369.441	19	1.020.438

(*) Contratos de construção de três navios Panamax junto ao estaleiro Eisa, que foram rescindidos em 2015, a companhia acionou a seguradora para recebimento do sinistro e hibernou os projetos, aguardando melhores condições para retomada da construção, tendo em vista o processo de recuperação judicial do estaleiro.

(**) Contratos suspensos judicialmente com o Estaleiro Rio Tietê, com os valores referentes aos adiantamentos reclassificados para o ativo não circulante.

As parcelas de longo prazo referentes aos contratos de financiamentos, com base nas regras definidas nos mesmos, têm os seguintes vencimentos:

	2017	2016
2018	-	243.960
2019	288.858	258.279
2020	298.950	262.544
2021	314.056	266.593
2022	314.518	266.593
2023 em diante	4.089.312	3.284.698
Total dos financiamentos	5.305.695	4.582.667

Os montantes totais gastos (incluindo a atualização dos juros sobre o financiamento) para a construção dos navios até dezembro de 2017 foram:

Valores Disponíveis

Seguem as movimentações dos financiamentos durante os exercícios de 2017 e 2016:

2017								
Banco	Saldo dez/16	Transferências (+/-)	Captações (+)	Amortizações (-)	Juros capitalizados (+)	Juros a resultado (+)	Assunção de dívida	Saldo dez/17
BNDES - CP	186.515	530.012	-	(481.289)	-	-	-	235.238
BNDES - LP	3.838.113	(530.012)	400.777	-	68.449	342.171	355.804	4.475.301
Banco do Brasil - CP	19.662	52.713	-	(29.144)	-	-	-	43.232
Banco do Brasil - LP	674.065	(52.713)	7.240	-	7.723	60.118	57.291	753.723
CEF - CP	-	560	-	-	-	-	-	560
CEF - LP	70.489	(560)	-	-	-	6.742	-	76.671
Total	4.788.845	-	408.017	(510.433)	76.172	409.031	413.094	5.584.725

2016								
Banco	Saldo dez/15	Transferências (+/-)	Captações (+)	Amortizações (-)	Juros capitalizados (+)	Juros a resultado (+)	Assunção de dívida	Saldo dez/16
BNDES - CP	171.301	476.134	-	(460.920)	-	-	-	186.515
BNDES - LP	3.512.728	(477.555)	275.764	-	67.449	301.714	158.013	3.838.113
Banco do Brasil - CP	-	25.408	-	(5.746)	-	-	-	19.662
Banco do Brasil - LP	371.371	(23.987)	31.381	-	14.182	37.573	243.545	674.064
CEF	22.322	-	42.971	-	5.196	-	-	70.489
Total	4.077.722	0	350.116	(466.666)	86.827	339.287	401.558	4.788.844

30. Seguros

A frota de navios da companhia, própria e afretada, possui seguro contra termos de danos materiais (cascos e máquinas) e de responsabilidade civil. Os terminais, arrendados da Controladora, estão segurados por apólices contratadas pela Petrobras. Os valores vigentes em 31 de dezembro de 2017 para a frota de navios são os seguintes, em milhares de dólares norte-americanos:

	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Danos materiais	3.086.904	3.086.904
Responsabilidade civil - Por evento (*)	7.500.000	7.500.000

(*) Exceção de poluição por óleo com LMI: USD 1 bilhão

Com relação aos terminais arrendados junto à controladora, os valores estarão incluídos nas demonstrações contábeis da Petrobras.

30.1 Garantias

A companhia detém as seguintes cartas fiança em 31 de dezembro de 2017:

	Banco emissor	Valor garantido
Execução Fiscal da Comarca de São Sebastião	Banco do Brasil S.A.	714.465
Execução Fiscal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro	Banco BBM S.A.	5.898

No que tange o seguro garantia judicial, a companhia mantém em vigor, em 31 de dezembro de 2017, o montante segurado de R\$ 268.670, com o intuito de garantir demandas judiciais e administrativas, conforme abaixo:

Natureza da Ação	BTG Pactual Seguradora S/A	FAIRFAX Brasil Seguros Corporativos S/A	FATOR Seguradora S/A	MAPFRE Seguros Gerais S/A	POTTEN-CIAL Seguradora	UBF Seguros	Total Geral
Ação Anulatória	10.000						10.000
Ação Anulatória do Processo	28						28
Anulatória de Lanç. Multa Adm.	-					2.747	2.747
Anulatória de Lanç. Multa Adm. - ENDOSSO	-					189	189
Auto de Infração	15.142						15.142
Execução Fiscal	16.696			172.469	5.675		194.840
Reclamação Trabalhista	18.303	373	1.180	545	25.323		45.725
	60.169	373	1.180	173.014	30.998	2.936	268.670

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

Petrobras Transporte S.A. - Transpetro

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro (ou companhia), identificadas como controladora e subsidiado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional dos Contadores e das normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpro com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Operação Lava Jato

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que descreve o estágio atual das investigações relacionadas com a Operação Lava Jato. Os principais assuntos relevantes ocorridos durante o exercício foram: (i) assinatura de um termo de acordo de colaboração premiada do ex-presidente da companhia que implicou na ressarcimento de R\$ 76.881 mil à Transpetro; e (ii) a manutenção das providências e ações que estão sendo adotadas pela estrutura de governança da companhia em relação ao tema, incluindo as investigações internas conduzidas por escritórios de advocacia contratados pela controladora da companhia, sob a direção de um Comitê Especial constituído pela controladora da companhia. Adicionalmente, para o período findo em 31 de dezembro de 2017, a companhia não identificou informações adicionais que impactasse a metodologia de apuração dos ajustes referentes aos gastos adicionais que foram capitalizados indevidamente na aquisição do imobilizado que pudessem afetar as demonstrações financeiras do exercício findo nessa data. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Chamamos a atenção sobre partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que substancial das operações da companhia é realizada com partes relacionadas - empresas do Sistema Petrobras, conforme divulgado nas notas explicativas 1 e 10 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Portanto, as demonstrações contábeis acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As elaborações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, seguindo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações contábeis do exercício comparativo auditadas por outros auditores independentes

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas como valores correspondentes nas demonstrações contábeis do período corrente, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório sem modificação datado de 17 de março de 2017.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler

Informamos que 20 navios do Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef) foram dados a título de garantia da dívida da companhia perante às instituições financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jorge Celestino Ramos Presidente	
Guilherme Estrada Rodrigues Conselheiro	Hugo Repsold Junior Conselheiro
Cláudio Rogério Linassi Mastella Conselheiro	Fabiana Graças Silva dos Anjos Conselheira

DIRETORIA EXECUTIVA

Antonio Rubens Silva Silvino Presidente	
Paulo Penchiná Cortines Pereira Diretor de Dutos e Terminais	Rogério Fernandes Figueiró Diretor de Transporte Marítimo
Rogério Daisson Santos Diretor de Serviços	Fernando Gabriel Couto Kamache Diretor Financeiro
Roberto David Mendes da Silva Gerente Executivo de Controladoria	Maurício Sergio Alves Marques Gerente de Contabilidade Contador CRC-RJ-068407/0

PARECER DO CONSELHO FISCAL – 01/2018

O Conselho Fiscal da Petrobras Transporte S.A. – Transpetro, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório de Administração de 2017, as Demonstrações Contábeis da companhia, relativas ao Exercício Social, encerrado em 31 de dezembro de 2017 e o Plano de Investimento de 2018 e sua Nota Complementar contendo previsões sobre as fontes de financiamento.

O Colegiado analisou, ainda, a proposta de destinação de resultado do exercício de 2017 no valor de R\$ 121.227 mil, destacando a distribuição do resultado ao acionista no valor de R\$ 110.708 mil, sendo R\$ 27.677 mil como Dividendos Propostos e R\$ 83.031 mil como dividendos adicionais propostos.

Adicionalmente, ressalta a necessidade que a companhia continue a envidar esforços no aprimoramento da gestão de operações entre partes relacionadas, bem como na atualização da política sobre o tema.

Desta forma, com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o Parecer da KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, datado de 12 de março de 2018, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, este Colegiado opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, com previsão de realização em 24 de abril de 2018.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2018.	
Alexandre Antônio Germano Bittencourt Presidente	
Jeferson Gustavo Salerno	Gildenora Batista Dantas Milhomem

Conselheiro	Conselheira
-------------	-------------

o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não tomamos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia e sua controlada. Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção no nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Anderson C. V. Dutra

Contador CRC RJ-093231/O-6

